





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro

Valores Expressos em Milhares de Reais					
		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
Circulante					
Disponibilidades	5	79.443	92.913	551.513	689.154
Títulos a receber					9.808
Consumidores e concessionárias	6			779.301	904.269
Impostos e contribuições sociais	9	78.403	64.874	360.918	366.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			126.221	195.130
Dividendos a receber	26	476.553	405.243		
Estoques				10.098	9.572
Cauções e depósitos vinculados	12	2.080	2.080	25.305	16.021
Despesas pagas antecipadamente	7	48	253	8.407	42.397
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8			116.596	297.056
Crédito por alienação de investimento	1.3		42.823		42.823
Outros créditos	14	3.244	2.361	144.645	137.640
		639.771	610.547	2.123.004	2.710.823
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos a receber				18	16.869
Consumidores e concessionárias	6			123.226	114.763
Impostos e contribuições sociais	9			31.084	58.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			412.374	701.933
Partes relacionadas	11	144.087	154.776	22.104	23.814
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	13	42.740	35.040		2.550
Cauções e depósitos vinculados	12	2.944	2.551	153.632	221.892
Despesas pagas antecipadamente	7			2.608	12.890
Conta de compensação de custos da parcela "A"	8			94.563	88.199
Outros Créditos	14	7.227	5.000	112.875	22.364
		196.998	197.367	952.484	1.264.143
Investimentos	15	2.845.078	3.186.836	42.103	6.909
Imobilizado	16	1.993	1.814	6.033.835	5.080.262
Intangível	17	490.458	228.666	1.318.505	625.605
		3.337.529	3.417.316	7.394.443	5.712.776
Total do ativo		4.174.298	4.225.230	10.469.931	9.687.742

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Valores Expressos em Milhares de Reais

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
Circulante					
Fornecedores	18	13.093	16.611	456.679	446.554
Encargos de dívidas	20	7.700		21.667	8.223
Impostos e contribuições sociais	9	15.612	19.275	401.968	370.753
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			1.969	6.817
Dividendos	26	223.451	189.821	313.118	214.824
Debêntures	19			218.504	24.252
Empréstimos e financiamentos	20	250.000		848.118	284.728
Benefícios pós-emprego	21			30.871	21.360
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8			72.857	131.321
Devolução tarifária					137.354
Obrigações estimadas com pessoal	22	4.218	6.667	47.562	64.302
Encargos regulamentares e setoriais	23			157.672	162.989
Provisões para contingências	24			5.255	1.336
Outras contas a pagar	14	2.208	833	161.262	112.848
		516.282	233.207	2.737.502	1.987.661
Não circulante					
Fornecedores	18				199
Encargos de dívidas	20				3.100
Impostos e contribuições sociais	9			34.451	564
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10				19.812
Debêntures	19			654.180	1.120.343
Empréstimos e financiamentos	20			1.355.008	1.341.444
Benefícios pós-emprego	21			108.102	127.347
Devolução tarifária					45.785
Conta de compensação de custos da parcela "A"	8			51.289	36.879
Partes relacionadas	11	510	250		
Provisões para contingências	24	64.396	42.251	263.295	319.038
Provisão para passivo a descoberto	15.2	54.172	57.259	51.383	56.685
Reserva para reversão e amortização				17.248	17.248
Outras contas a pagar	14	25	4	41.305	21.120
		119.103	99.764	2.576.261	3.109.564
Participações de minoritários					
Patrimônio líquido	25			1.613.250	694.703
Capital social		3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reservas de capital		35.348	35.348	35.348	35.348
Reservas de lucros		693.299	716.551	693.299	716.551
Ações em tesouraria		(372.450)	(24.290)	(372.450)	(24.290)
Lucros (prejuízos) acumulados			(18.066)	4.005	(14.511)
		3.538.913	3.892.259	3.542.918	3.895.814
Total do passivo e patrimônio líquido		4.174.298	4.225.230	10.469.931	9.687.742

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações de Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Valores Expressos em Milhares de Reais
(exceto quando indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
Receita operacional				
			2.616.395	2.395.237
			562.432	380.870
			3.553.490	3.966.804
			220.697	165.593
			6.953.014	(6.908.504)
Dedução da Receita Operacional				
			(360.061)	(503.864)
			(47.107)	(51.496)
			(40.082)	(41.669)
			4	(25.071)
			(1.601.612)	(1.758.774)
			(2.048.858)	(2.380.874)
	27		4.904.156	4.527.630
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica				
			(2.150.770)	(1.882.598)
			(512.802)	(538.469)
	28		(2.663.572)	(2.421.067)
Custo de operação				
			(152.697)	(176.257)
			(207.693)	(224.592)
			(269.817)	(271.012)
			(44.809)	(53.546)
	28		(675.016)	(725.407)
			(3.338.588)	(3.146.474)
	28		(18.947)	(3.352)
			1.546.621	1.377.804
Despesas operacionais				
			(95.992)	(125.985)
	(49.095)	(40.638)	(285.317)	(319.941)
	(148.449)	(15.068)	(176.829)	(42.556)
	(6.659)	(4.806)	(71.705)	(79.843)
	28	(204.203)	(629.843)	(568.325)
		(204.203)	916.778	809.479

Valores Expressos em Milhares de Reais
(exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
Resultado das participações societárias		604.463	505.547		
Receitas financeiras		174.867	162.605	223.942	242.563
Despesas financeiras		(141.565)	(146.304)	(544.818)	(534.043)
Resultado financeiro	29	33.302	16.301	(320.876)	(291.480)
Lucro operacional		433.562	461.336	595.902	517.999
Outras receitas			14	10.734	7.264
Outras despesas		(410)	(2.352)	(14.909)	(18.954)
Outros resultados		(410)	(2.338)	(4.175)	(11.690)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		433.152	458.998	591.727	506.309
Imposto de renda e contribuição social correntes		(80)		(149.712)	(142.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(77.264)	14.151
	30	(80)		(226.976)	(128.325)
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		433.072	458.998	364.751	377.984
Reversão dos juros sobre capital próprio		(44.743)	(12.109)	133.497	136.824
Lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias		388.329	446.889	498.248	514.808
Participações de minoritários				(102.998)	(60.769)
Partes beneficiárias				(6.471)	(3.595)
Lucro líquido do exercício		388.329	446.889	388.779	450.444
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		2.715,11	2.722,34		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
Valores Expressos em Milhares de Reais				
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	388.329	446.889	388.779	450.444
Participação minoritária no resultado/partes beneficiárias			102.998	60.769
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades				
Consumidores e concessionárias			66.755	98.521
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos			77.264	(14.151)
Impostos e contribuições sociais correntes			2.747	
Impostos e contribuições sociais compensáveis			(1.316)	
Depreciações e amortizações	148.449	15.190	446.646	313.690
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	(44)	14	25.330	20.304
Despesas pagas antecipadamente e CVA			(6.763)	(42.517)
Fornecedores			(7.178)	(27.834)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12.413	4.954	330.852	326.867
Benefícios pós emprego - CVM nº 371			10.490	5.884
Provisões para contingências	22.145	12.213	53.829	63.155
Diferimento tarifário			(16.245)	(102.170)
Devolução tarifária - ajuste do valor homologado			10.554	183.139
Atualização monetária recebíveis		(14.667)		(14.667)
Participação minoritária/Partes beneficiárias			6.471	3.595
Participações societárias	(604.463)	(505.547)		
Perda com investimentos	5.210		3.047	(3.555)
Provisão para passivo a descoberto	(5.302)	(1.467)	(5.302)	(1.467)
Encargos regulamentares e setoriais			50.108	43.474
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(2.122)	(2.226)
Outros			3.982	(26.791)
	(33.263)	(42.421)	1.519.946	1.334.464
(Aumento) diminuição de ativos				
Consumidores e concessionárias			(119.283)	152.740
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(5.254)	(16.741)	(63.205)
Estoques			(4.277)	(777)
Cauções e depósitos vinculados	(393)	(5)	(23.575)	22.022
Despesas pagas antecipadamente	205	(135)	90.973	324.141
Contas a receber de controladas		77.314		
Outros créditos	(883)	(784)	(11.772)	17.319
	(1.071)	71.136	(84.675)	(452.240)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores		(102)	41.393	(64.714)
Impostos e contribuições sociais correntes	(17.192)	(5.449)	8.332	(63.797)
Impostos e contribuições sociais diferidos			(2.450)	(3.940)
Devolução tarifária			3	2.982
Obrigações estimadas com pessoal	(2.449)	6.015	(2.242)	1.073
Provisões para contingências			(8.324)	(1.442)
Outras obrigações	(2.121)	8.517	39.309	(78.607)
	(21.762)	8.981	76.021	(208.445)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(56.096)	37.696	1.511.292	1.578.259

Valores Expressos em Milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
Atividades de investimento				
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	(504.404)	(24.290)	(504.404)	(24.290)
Baixas (adições) ao investimento	(153.199)	(23.476)	(153.746)	(20.253)
Saldo de caixa devido permuta de investimentos			(12.108)	
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(781)	(659)	(713.977)	(665.428)
Baixas (adições) ao ativo diferido			2.828	18
Dividendos recebidos	648.415	135.752		
Obrigações vinculadas à concessão			32.661	108.720
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(9.969)	87.327	(1.348.746)	(601.233)
Atividades de financiamento				
Partes relacionadas	10.949	249	8.030	(11.140)
Ajuste da dívida cisão PCH Paraíso				(9.987)
AFAC's			17.583	
Dividendos pagos	(203.641)	(158.765)	(221.967)	(173.858)
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos	250.000		461.389	471.790
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(4.713)	(60.867)	(565.222)	(1.164.156)
Empréstimos e financiamentos - juros capitalizados				3.156
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	52.595	(219.383)	(300.187)	(884.195)
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	(13.470)	(94.360)	(137.641)	92.831
Disponibilidades no final do exercício	79.443	92.913	551.513	689.154
Disponibilidades no início do exercício	92.913	187.273	689.154	596.323
	(13.470)	(94.360)	(137.641)	92.831

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores Expressos em Milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007		3.182.716	35.348	487.528			3.705.592
Ajuste de exercícios anteriores						(28.720)	(28.720)
Aquisição de ações próprias					(24.290)		(24.290)
Lucro líquido do exercício						446.889	446.889
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal				21.811		(21.811)	
Reserva de retenção de lucros				207.212		(207.212)	
Dividendos propostos						(207.212)	(207.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (Reclassificado)	25	3.182.716	35.348	716.551	(24.290)	(18.066)	3.892.259
Aquisição de ações próprias					(504.404)		(504.404)
Cancelamento de ações em tesouraria				(156.244)	156.244		
Lucro líquido do exercício						388.329	388.329
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal				18.513		(18.513)	
Reserva de retenção de lucros				114.479		(114.479)	
Dividendos intermediários - JCP						(103.061)	(103.061)
Dividendos propostos - Complementares						(134.210)	(134.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	25	3.182.716	35.348	693.299	(372.450)		3.538.913

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Valores Expressos em Milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
Geração do valor adicionado	(410)	(2.338)	6.890.690	6.810.303
Receita operacional			6.953.014	6.908.504
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(70.916)	(101.060)
Outras receitas	(410)	(2.338)	8.592	2.859
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(36.623)	(22.965)	(3.173.075)	(2.970.402)
Custos da energia comprada			(2.150.770)	(1.882.598)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			(512.802)	(538.469)
Materiais	(483)	(526)	(46.670)	(43.107)
Serviços de terceiros	(29.333)	(16.616)	(328.059)	(353.949)
Outros custos operacionais	(6.807)	(5.823)	(134.774)	(152.279)
Valor adicionado bruto	(37.033)	(25.303)	3.717.615	3.839.901
Depreciações e amortizações	(148.449)	(15.068)	(446.646)	(313.568)
Valor adicionado líquido produzido	(185.482)	(40.371)	3.270.969	3.526.333
Receitas financeiras	27.064	30.573	223.942	242.463
Participações de minoritários			(102.998)	(60.769)
Resultado da equivalência patrimonial	604.463	505.547		
Valor adicionado total a distribuir	446.045	495.749	3.391.913	3.708.027
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	14.341	18.603	245.207	262.346
Remuneração direta	8.182	10.601	180.574	203.462
Benefícios	4.985	7.234	44.727	43.084
F.G.T.S.	1.174	768	19.906	15.800
Impostos, taxas e contribuições	16.192	16.288	2.338.309	2.616.795
Federais	16.192	16.288	1.101.715	1.311.120
Estaduais			1.229.628	1.304.359
Municipais			6.966	1.316
Remuneração de capitais de terceiros	27.183	13.969	413.147	374.847
Juros	24.749	12.697	396.348	354.972
Aluguéis	2.434	1.272	16.799	19.875
Remuneração de capital próprio	237.271	207.212	243.742	210.807
Juros sobre capital próprio	103.061	119.923	103.061	119.923
Dividendos	134.210	87.289	134.210	87.289
Partes beneficiárias			6.471	3.595
	294.987	256.072	3.240.405	3.464.795
Lucros retidos	151.058	239.677	151.508	243.232
	446.045	495.749	3.391.913	3.708.027

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EDP - Energias do Brasil S.A., Companhia de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, tem como objeto social participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; gerir ativos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

As participações diretas e indiretas detidas são as seguintes:

Empresa	Consolidação	% Participação			
		31/12/2008		31/12/2007	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição					
Bandeirante	integral	100		100	
Escelsa	integral	100		100	
Enersul	integral até 31/08/2008			100	
Geração					
Energest	integral	100		100	
CESA	integral		100		100
Costa Rica	integral		51		51
Pantanal	integral		100		100
Santa Fé	integral		100		100
Evrecy	integral		100		
EDP Lajeado	integral	59,93		59,93	
Lajeado Energia	integral a partir de 1º/9/2008	47,23	53,69		
Tocantins Energia	integral a partir de 1º/9/2008	50,88			
Ipueiras	integral a partir de 1º/9/2008		50,88		
Investco	proporcional até 31/8/2008 e integral a partir de 1º/9/2008	4,53	39,50		13,82
Enerpeixe	integral	60		60	
Diferencial	não consolidada			100	
Enernova	integral	100			
Terra Verde Bioenergia Participações	integral	92			
EDP Renováveis Brasil	não consolidada		44,60		
Porto do Pecém	proporcional a partir de 14/10/2008	50			
Comercialização					
Enertrade	integral	100		100	
Outras					
Enercouth	integral	100		100	
Escelsapar	integral	100		100	
ESC 90	não consolidada	48,51		48,51	

1.1 - PERMUTA DA CONTROLADA ENERSUL COM ATIVOS DO GRUPO REDE

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas à sua realização e, conforme fato relevante divulgado em 11 de setembro de 2008, foi concluída naquela data a transação de permuta de ativos sem torna contratada pela Energias do Brasil com a Rede Energia S.A. e a Rede Power do Brasil S.A., nos termos do Fato Relevante divulgado em 18 de junho de 2008. O negócio teve como objeto a permuta, de um lado pela Energias do Brasil, da totalidade da participação societária detida na controlada integral Enersul e do outro, pela Rede Energia S.A., das participações societárias nas sociedades Lajeado Energia S.A. (anteriormente denominada Rede Lajeado Energia S.A.) e Investco S.A., bem como pela Rede Power do Brasil S.A., das respectivas participações societárias nas sociedades Lajeado Energia S.A. e Tocantins Energia S.A.

A partir de 1º de setembro de 2008, a Energias do Brasil passou a exercer o controle da Investco S.A., da Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., com vantagens e fortalecimento de ambos os grupos envolvidos sendo que, para a Energias do Brasil, sua participação societária atual lhe assegura a posição de acionista controlador e gestor da Investco, sociedade exploradora do Aproveitamento Hidrelétrico Luís Eduardo Magalhães - Lajeado, em Tocantins, com capacidade instalada de 902,5 MW e energia assegurada de 527 MW médios. A Lajeado Energia S.A. detém 45,4% do capital votante da Investco enquanto que, Energias do Brasil, através da EDP Lajeado S.A., já possui 27,7%.

Através da 27ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2008, os acionistas da Energias do Brasil aprovaram a realização da transação, sendo assegurados aos acionistas da Energias do Brasil os seguintes direitos:

- (a) direito de preferência para a aquisição de ações da Enersul na proporção das ações que possuírem no capital da Energias do Brasil, nos termos do artigo 253, I, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada. Para fins de exercício do direito de preferência, aplicar-se-á o valor estipulado no contrato pelas partes para os seus respectivos ativos objeto da transação, com base nos laudos de avaliação preparados pelo BES Investimento do Brasil S.A., à disposição dos acionistas da Companhia, da CVM e da BOVESPA; e
- (b) direito de retirada aos acionistas eventualmente dissidentes da deliberação que aprovar a transação na Assembléia Geral Extraordinária, caso esta seja aprovada. Para fins de pagamento, pela Companhia, do reembolso das ações detidas pelos acionistas eventualmente dissidentes da deliberação, aplicação do valor de mercado das ações ou do valor patrimonial contábil das ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente ao último exercício social encerrado na data-base de 31 de dezembro de 2007, à disposição dos acionistas da Companhia, da CVM e da BOVESPA. O prazo para exercício do direito de recesso de acionistas da Energias do Brasil, mencionado no item "b" acima, encerrou-se em 13 de outubro de 2008, tendo sido exercido o respectivo direito respeitante a 13.110.225 ações, correspondente ao montante de R\$312.286, com base ao valor patrimonial contábil, cuja liquidação financeira ocorreu a 27 de outubro de 2008.

1.2 - ALIENAÇÃO DO INVESTIMENTO NA ESC 90 TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

A Energias do Brasil celebrou, em 29 de agosto de 2008, Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais com a Net Serviços de Comunicação S.A. e outros, relativo à alienação das quotas que detém no capital social da ESC 90 Telecomunicações Ltda.

Nos termos do contrato, a Energias do Brasil acordou a venda para a Net Serviços de Comunicação S.A. da totalidade das quotas da ESC 90 de sua titularidade, representativas de 48,51% do capital social desta, a qual opera no segmento de prestação de serviços de televisão a cabo e internet em banda larga, mediante concessão nas cidades de Vitória e Vila Velha, ambas no Estado do Espírito Santo.

O valor total da operação contratada (para 100% do capital social) foi de R\$94.624, sujeito a ajuste, para mais ou para menos, de acordo com os critérios estabelecidos no contrato, cuja liquidação se dará após a obtenção de todas as aprovações necessárias, sendo a principal delas a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Considerando que a operação envolve a recuperação de créditos detidos pela Energias do Brasil contra a ESC 90, bem como permite a reversão de provisões anteriormente constituídas, estima-se impacto positivo no lucro líquido da Energias do Brasil de cerca de R\$125.000, sujeito ao ajuste mencionado e a ser reconhecido no exercício em que ocorrer as aprovações acima mencionadas e a conseqüente conclusão da operação.

1.3 - PERMUTA DA CONTROLADA DIFERENCIAL COM ATIVO DA MPX ENERGIA S.A.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas à sua realização, foram concluídos em 14 de outubro de 2008 os atos societários da operação de permuta de ativos para transferência de participações societárias, acordadas no exercício de 2007 entre a Energias do Brasil e MPX Energia S.A., na qual a Energias do Brasil transferiu a totalidade de sua participação na empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda. - detentora do projeto UTE Maranhão - para a MPX Energia S.A., recebendo desta em troca 50% da participação na Porto do Pecém Geração de Energia S.A.- detentora do projeto UTE Porto do Pecém.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria realizada em 20 de fevereiro de 2009, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia e suas controladas adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Ofício Circular nº 2775/2008-SFF/ANEEL e atualizações posteriores.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008 e 2007, a Companhia e suas controladas adotaram pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.1.

Em decorrência da permuta de ativos mencionada na nota 1.1, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e as notas explicativas, contidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, contemplam os saldos e transações pelo método de consolidação integral da anterior controlada Enersul, até 31 de agosto de 2008, das novas controladas Tocantins Energia e Lajeado Energia a partir de setembro de 2008 e, para a controlada Investco, até 31 de agosto de 2008 pelo método de consolidação proporcional e, a partir de setembro de 2008, pelo método de consolidação integral. A controlada compartilhada Porto do Pecém está sendo consolidada pelo método proporcional a partir de 14 de outubro de 2008.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - ADOÇÃO INICIAL DA LEI Nº 11.638/07

A Companhia e suas controladas optaram por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007, que é o ponto de partida para a contabilização dos efeitos das modificações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros ou prejuízos acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia e suas controladas seguiram a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente reapresentando as demonstrações financeiras de 2007.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação que originaram esses ajustes e o resumo dos efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 decorrentes da adoção da referida legislação.

3.1.1 - Ajustes da Adoção Inicial da Lei Nº 11.638/07 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2007

	Saldos em 31/12/2006	Ajustes	Saldos em 01/01/2007
Patrimônio líquido	3.705.592	(28.720)	3.676.872
Capital social	3.182.716		3.182.716
Reservas de capital	35.348		35.348
Reservas de lucros	487.528		487.528
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(28.720) {a}	(28.720)
Resumo dos ajustes			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			(28.720)
{a1} Equivalência patrimonial			(28.368)
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado - derivativos			(21.531)
Ativo intangível			(8.550)
Ajustes a valor presente			(12.902)
Imposto de renda diferido			14.615
{a2} Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado - derivativos			(352)

3.1.2 - Sumário das Práticas Contábeis Modificadas pela Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória Nº 449/08 Instrumentos Financeiros - CPC 14 e Deliberação CVM Nº 566, de 17 de Dezembro de 2008

A Companhia e suas controladas contrataram instrumentos financeiros, cujos saldos na data de transição foram reclassificados em: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; e (iii) disponível para venda. Com certas exceções os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo agregado aos eventuais custos de transação e sua mensuração subsequente é feita pelo custo amortizado. Conforme faculta o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, os saldos dos instrumentos financeiros disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo método do custo amortizado, foram remensurados para seu valor justo na data de transição. Seguem os saldos dos referidos instrumentos financeiros na data de transição:

	Consolidado		
	Valor contábil (A)	Valor justo (B)	Diferença (B) - (A)
Instrumentos financeiros			
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	(116.404)	(138.287)	(21.883)

A diferença entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, assim como as diferenças entre o valor registrado e o novo valor calculado para os instrumentos avaliados pelo método do custo amortizado foi alocada no saldo de lucros ou prejuízos acumulados na data da transição.

Ativo Diferido

O saldo consolidado do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, existente na controlada proporcional Porto do Pecém, será mantido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa, contra resultado, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. Determinados ativos diferidos existentes nas controladas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$544, foram reclassificados para outros grupos de ativos, no consolidado.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo Intangível - CPC 04 e Deliberação CVM Nº 553, de 12 de Novembro de 2008

Determinados ativos intangíveis existentes nas controladas, reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado intangível para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis nas controladas Bandeirante e Escelsa, que não atendiam aos requisitos do Pronunciamento específico, foram baixados contra lucros ou prejuízos acumulados, no montante de R\$8.550. Outros ativos intangíveis que atendem aos requisitos do Pronunciamento específico, mas que não haviam sido registrados anteriormente no ativo, não foram reconhecidos.

Ajustes a Valor Presente - CPC 12 e Deliberação CVM Nº 564, de 17 de Dezembro de 2008

Determinadas contas a receber de curto e longo prazos foram ajustadas ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda e condição de recebimento prefixada, com base no saldo inicial da data da transição conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

Os efeitos dos ajustes a valor presente decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados contra lucros ou prejuízos acumulados, e os relativos a transações realizadas após esta data em contrapartida ao resultado do exercício.

Doações e Subvenções - CPC 07 e Deliberação CVM Nº 555, de 12 de Novembro de 2008

As subvenções (incentivos fiscais do imposto de renda - ADA) recebidas pela controlada Enerpeixe antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 foram registradas em conta de reserva do capital no patrimônio líquido, na qual serão mantidas até a sua destinação e, as subvenções recebidas a partir do exercício de 2008, foram reconhecidas no resultado do exercício.

Efeitos da Adoção Inicial da Lei Nº 11.638/07 e Medida Provisória Nº 449/08

Segue conciliação do resultado de 2008 e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008, considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

	Controladora	
	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	388.329	446.889
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(352)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.238)	(10.302)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	385.091	436.235
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	(3.238)	(10.654)
	31/12/2008	31/12/2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.538.913	3.892.259
Ajustes na data da transição reconhecidos em Lucros ou prejuízos acumulados		28.720
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(3.238)	(10.654)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	3.535.675	3.910.325

	Consolidado	
	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	388.779	450.444
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(6.536)	(10.440)
Custo do ativo intangível e amortização do intangível	(3.039)	(3.743)
Ajustes a valor presente de contas a receber	3.641	(1.779)
Diferenças temporárias e permanentes de IR e CSLL	2.696	5.308
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	385.541	439.790
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	(3.238)	(10.654)
	31/12/2008	31/12/2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.542.918	3.895.814
Ajustes na data da transição reconhecidos em Lucros ou prejuízos acumulados		28.720
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(3.238)	(10.654)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	3.539.680	3.913.880

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, quando aplicável, foram lançados nas contas de patrimônio líquido nas quais foram contabilizados os referidos ajustes, em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

3.2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades (Nota 5)

Estão representadas, basicamente, por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço, representando seu valor justo.

b) Consumidores e Concessionárias

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado pelas controladas, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade dessas, que incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias distribuidoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);
- (ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores das controladas distribuidoras, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica, através do WACC regulatório vigente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 6.4);
- (iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);
- (iv) Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de receita e Energia livre (Nota 4.1);
- (v) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da Classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

C) ESTOQUES

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos e obras, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado.

D) CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA "A" - CVA (NOTA 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

E) INVESTIMENTOS (NOTA 15)

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

F) IMOBILIZADO (NOTA 16)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

As principais taxas anuais de depreciação praticadas pela Companhia e controladas são as seguintes:

Atividade de distribuição			
Tipo de equipamento	%	Tipo de equipamento	%
Banco de capacitores paralelo inferior a 69kv	6,7	Regulador de tensão igual ou superior a 69kv	3,5
Banco de capacitores seriais	5,0	Religador	4,3
Chave inferior a 69kv	6,7	Transformador de distribuição	5,0
Compensador de reativos	3,3	Transformador de força	2,5
Condutor inferior a 69kv	5,0	Transformador de medida	3,0
Disjuntor	3,0	Transformador de serviços auxiliares	3,3
Edificação - casa de força	2,0	Banco de capacitores paralela igual ou superior a 69kv	5,0
Edificação - outras	4,0	Chave igual ou superior a 69kv	3,3
Estrutura (poste, torre) inferior a 69kv	5,0	Condutor igual ou superior a 69kv	2,5
Medidor	4,0	Estrutura (poste, torre) igual ou superior a 69kv	2,5
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	Regulador de tensão inferior a 69kv	4,8
Atividade de geração		Demais atividades	
Tipo de equipamento	%	Tipo de equipamento	%
Comporta	3,3	Edificação	4,0
Edificação - casa de força	2,0	Equipamento geral	10,0
Edificação - outras	4,0	Veículos	20,0
Gerador	3,3		
Reservatório, barragem e adutora	2,0		
Turbina hidráulica	2,5		
Urbanização e benfeitorias	4,0		

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável), até 1997 na Bandeirante e 2001 na Escelsa, que financiou as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª Revisão Tarifária Periódica por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média de depreciação dos ativos em serviço vinculados ao sistema elétrico de distribuição e também na proporção dos correspondentes bens desativados.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, as controladas adotam o procedimento de capitalização da parcela de 10 (dez) por cento dos gastos com a administração central, com base nos custos diretos de pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso (nota 16.3), principalmente as relacionadas com os acréscimos ao Ativo imobilizado em curso, registrando em contrapartida, por transferência, à crédito da Demonstração do resultado - Despesas operacionais - Gerais e administrativas. Nos termos da regulamentação tarifária vigente, esses gastos são reconhecidos como custos adicionais indiretos incorporáveis ao ativo imobilizado, integrantes da Base de Remuneração Regulatória das controladas distribuidoras e, portanto, são computados na base de cálculo das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

G) ATIVO INTANGÍVEL (NOTA 17)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia e suas controladas, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios; e
- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Ágio incorporado - refere-se a parcela cindida do ágio incorporado nas controladas Bandeirante e Escelsa, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas Companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das Companhias. As faixas de servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição.

H) DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

I) FORNECEDORES (NOTA 18)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar a fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

As obrigações em moeda estrangeira são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício, atualizadas pela cotação da moeda na data do balanço, conforme CPC 14.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

J) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, ENCARGOS DE DÍVIDAS E DEBÊNTURES (NOTAS 19 E 20)

Os empréstimos e financiamentos e debêntures em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

K) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NOTA 24)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

L) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

M) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (NOTAS 9, 10 E 30)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas CESA, Costa Rica e Pantanal com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente e, na controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia e suas controladas para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 cuja opção será confirmada quando da entrega da declaração de rendas.

A controlada Enerpeixe obteve junto a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, em 20 de dezembro de 2006, o direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007. Essa subvenção governamental é reconhecida no resultado do exercício de 2008, de acordo com CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

N) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO (NOTA 21)

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2008.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério do corredor).

O) RESERVA PARA REVERSÃO E AMORTIZAÇÃO

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a.. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

P) AÇÕES EM TESOURARIA (NOTA 25)

Conforme determinam as Instruções CVM nº 10/80 e 358/02, as ações em tesouraria estão registradas pelo custo de aquisição.

Q) LUCRO POR AÇÃO

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

R) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

S) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia e das controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Recuperação de créditos PIS/COFINS - COSIT 27;
- Obrigações especiais;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Provisões para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

T) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Os ativos do imobilizado, do intangível e do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

U) INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NOTA 32)

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

· Instrumentos Mantidos até o Vencimento

Se a Companhia ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

· Instrumentos Disponíveis para Venda

Os investimentos da Companhia e suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

· Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

· Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

· Instrumentos Financeiros Derivativos

As controladas Bandeirante, Energest e Cesa detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juro. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício.

MOEDA ESTRANGEIRA

A moeda funcional da Companhia e controladas é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3.3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a EDP - Energias do Brasil S.A., suas controladas (conforme descrito na nota 1) e a controlada em conjunto Porto do Pecém a partir de 14 de outubro de 2008. Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas Companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as Companhias controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre estas Companhias controladas;
- Destaque da participação dos acionistas minoritários nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

		31/12/2008	
		Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Controladora		3.538.913	388.329
Provisão AFAC Enercouth (*)		4.005	450
Consolidado		3.542.918	388.779

(*) Refere-se à provisão para perda do adiantamento para futuro aumento de capital na Enercouth.

3.4 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADA EM CONJUNTO - PORTO DO PECÉM

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2008, da controlada em conjunto em fase pré-operacional Porto do Pecém, é apresentado a seguir:

Balanço Patrimonial resumido em 31/12/2008			
Ativo		Passivo	
Circulante	26.862	Circulante	675.948
Realizável a longo prazo	126.552	Não circulante	131.168
Imobilizado	814.004	Patrimônio líquido	160.310
Intangível	8		
Total	967.426	Total	967.426

4 - ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Apresenta-se a seguir a posição dos ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais consolidados:

		Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Consumidores e concessionárias	6				
Recomposição tarifária extraordinária - energia livre			1.196		
Programa luz para todos		17.992	16.489		
PIS e COFINS das geradoras			93		
Outros ativos regulatórios		46.524	24.560	15.246	11.292
Outros créditos	14				
Modicidade tarifária - baixa renda		53.927	43.063		
Despesas pagas antecipadamente	7				
PIS e COFINS - majoração de alíquota		5.793	6.528		1.385
Forn. não faturado - diferimento tarifário			31.136		10.379

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8				
Parcela "A"		34.725	165.453		
CVA - ativa		81.871	131.603	94.563	33.579
Total de ativos regulatórios		240.832	420.121	109.809	111.255
Fornecedores	18				
Energia livre		(5.343)	(25.473)		
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8				
Parcela "A"		(21.078)			
CVA - passiva		(51.779)	(131.321)	(51.289)	(36.879)
Devolução tarifária					
Devolução tarifária - BRR 2003			(137.354)		(45.785)
Outras contas a pagar	14				
PIS e COFINS das geradoras		(1)	(438)		
Modicidade tarifária - baixa renda		(47.766)	(127)		
Outros passivos regulatórios		(4.476)	(4.610)	(13.455)	
Total de passivos regulatórios		(130.443)	(299.323)	(64.744)	(82.664)
Total ativos (-) passivos regulatórios		110.389	120.798	45.065	28.591

4.1 - COMPOSIÇÃO DA RTE HOMOLOGADA PELA ANEEL, REPRESENTATIVA DA PARCELA "A"

Item	Número do Instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2008	31/12/2007
Parcela "A"	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	99.704	176.137	(262.194)	13.647	220.073

A RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária refere-se aos valores aplicáveis a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, através de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores, que objetivou neutralizar os efeitos de perda de receita nas distribuidoras e ressarcir os custos com energia livre suprida nas geradoras, durante o Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, o qual vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 e, para compensar déficits de custos tarifários não gerenciáveis integrantes da parcela "A" nas distribuidoras, ocorridos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001.

Com o fim do prazo máximo para o ressarcimento dos montantes homologados pela ANEEL, correspondentes às parcelas de Perda de receita e de Energia livre, iniciou-se em abril de 2007 para a controlada Bandeirante e em outubro de 2007 para a controlada Escelsa, a amortização do valor homologado correspondente à Parcela "A", esse sem limite de permanência para seu pleno ressarcimento conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004. No caso da controlada Bandeirante, o saldo de Parcela "A" foi integralmente amortizado até o mês de agosto de 2008 e, para os valores subsequentemente cobrados dos consumidores até a data do reajuste tarifário, em 23 de outubro de 2008, foi registrado passivo regulatório no valor de R\$21.078, para inclusão no próximo reajuste tarifário em outubro de 2009.

Em decorrência das diferenças de critérios de amortização da Recomposição da receita e da Energia livre conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1, a controlada Bandeirante formulou consulta a ANEEL solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos de amortização da Parcela "A" de 2001 no tocante a inclusão ou não do PIS e COFINS.

4.2 - REAJUSTES E REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Reajuste Tarifário 2008 - Controlada Bandeirante

Em reunião pública ocorrida em 21 de outubro de 2008, a ANEEL aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição em 14,48%, para o período de outubro de 2008 a setembro de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.).

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Bandeirante, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 15,14%, sendo 15,45% para os consumidores de baixa tensão (abaixo de 2,3 kV) e de 14,82% para os consumidores de alta tensão (acima de 2,3 kV).

No processo de reajuste tarifário de concessionárias de distribuição, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR), taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) e outros instrumentos.

Na composição do reajuste aplicado em 2008 para a Bandeirante, destacam-se a compra de energia com 5,59%, a Parcela "B" com 2,88% devido ao IGP-M de 12,31%, e os ajustes financeiros com 2,59%.

Revisão Tarifária 2007 - Controlada Bandeirante

A modelagem da Revisão Tarifária que envolve, dentre outras, a Empresa de Referência e Base de Remuneração, está na dependência da validação da nova metodologia submetida ao processo de Audiência Pública AP 52/2007.

A ANEEL promoveu, neste reajuste tarifário, revisão parcial do índice de reposicionamento tarifário definido na 2ª Revisão Tarifária Periódica da controlada Bandeirante de 2007, alterando de -8,8% para -9,02%. Possíveis efeitos decorrentes da Revisão Definitiva de 2007, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da controlada, em períodos subsequentes.

Reajuste Tarifário 2008 - Controlada Escelsa

Em reunião pública ocorrida no dia 5 de agosto de 2008, a ANEEL aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas da controlada Escelsa em 12,17%, para o período a partir de agosto de 2008 a julho de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica será de 7,13%, sendo 6,96% para os consumidores de baixa tensão (abaixo de 2,3 kV) e de 7,48% para os consumidores de alta tensão (acima de 2,3 kV).

Na composição do reajuste, aplicado em 2008 para a controlada Escelsa, destacam-se a compra de energia com 2,77%, a Parcela "B" com 3,52% devido ao IGP-M de 15,12% e os ajustes financeiros com 4,69%.

Revisão Tarifária de 2007 - Controlada Escelsa

Neste reajuste tarifário estão considerados os efeitos das alterações efetuadas na 4ª Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2007, que passou de - 6,92% para - 4,90%, em decorrência de ajustes nos valores de perdas irre recuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda, bem como do recálculo do Fator X, que passou de 1,45% para 2,03%. Cabe ressaltar que os resultados da 4ª Revisão Tarifária Periódica da controlada Escelsa permanecem provisórios.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos ajustes financeiros de 4,69% foram incluídos aproximadamente R\$12.000 do efeito retroativo dos ajustes nos valores de perdas irrecuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda.

O reposicionamento é o principal resultado da revisão tarifária, e decorre da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, através da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, através da Base de Remuneração Regulatória - BRR, e, do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela "A". No caso da controlada Escelsa, a ER foi mantida como provisória por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

5 - DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bancos conta movimento	47.307	82.831	279.372	248.931
Aplicações financeiras - renda fixa	32.136	10.082	272.141	440.223
Total	79.443	92.913	551.513	689.154

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98% e 104,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 - CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	Consolidado					Saldo líquido em 31/12/2008	Saldo líquido em 31/12/2007
	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD		
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	74.090	73.450	18.209	165.749	(21.213)	144.536	184.576
Industrial	22.534	10.134	14.134	46.802	(8.707)	38.095	57.438
Comércio, serviços e outras atividades	29.029	14.742	19.032	62.803	(16.315)	46.488	73.445
Rural	7.566	4.835	2.222	14.623	(317)	14.306	22.242
Poder público							
Federal	3.208	213	261	3.682	(279)	3.403	8.323
Estadual	4.398	500	766	5.664	(564)	5.100	11.279
Municipal	4.454	2.798	5.242	12.494	(1.181)	11.313	16.005
Iluminação pública	7.398	2.924	10.625	20.947	(5.324)	15.623	21.313
Serviço público	4.935	5.017	3.628	13.580	(91)	13.489	19.144
Cientes livres	6.121			6.121		6.121	32.000
Fornecimento não faturado	214.571			214.571		214.571	245.879
Parcelamentos de débitos	39.311	5.147	24.103	68.561	(32.865)	35.696	58.377
(-) Ajuste a valor presente	1.570			1.570		1.570	12
Outros créditos	33.526			33.526		33.526	39.241
Ativo regulatório							
Energia livre							1.196
Outros ativos regulatórios	53.869			53.869		53.869	37.715
Total	506.580	119.760	98.222	724.562	(86.856)	637.706	828.185

Consolidado							
	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2008	Saldo líquido em 31/12/2007
Concessionárias							
Suprimento - convencional	167.546			167.546	(65.753)	101.793	34.873
Energia de curto prazo	10.072			10.072		10.072	24.225
PIS e COFINS das geradoras							93
Encargos de uso da rede elétrica	8.234			8.234		8.234	10.289
Ativos regulatórios	10.647			10.647		10.647	3.334
Outros	10.849			10.849		10.849	3.270
	207.348	-	-	207.348	(65.753)	141.595	76.084
Total circulante	713.928	119.760	98.222	931.910	(152.609)	779.301	904.269
Não circulante							
Consumidores							
Industrial	17.764			17.764		17.764	24.182
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	54
Poder público							
Municipal	3			3		3	12
Parcelamentos de débitos	72.782			72.782		72.782	49.983
Outros créditos							
(-) Ajuste a valor presente	(16.335)			(16.335)		(16.335)	(11.133)
Outros créditos							7.247
Outros ativos regulatórios	15.246			15.246		15.246	11.292
	89.514	-	-	89.514	-	89.514	81.637
Concessionárias							
Energia de curto prazo	13.542			13.542		13.542	12.957
Outras	20.170			20.170		20.170	20.169
	33.712	-	-	33.712	-	33.712	33.126
Total não circulante	123.226	-	-	123.226	-	123.226	114.763

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é considerada, pela Administração da Companhia e controladas, suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - ENERGIA DE CURTO PRAZO

Refere-se, principalmente, às transações de venda de energia, realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo das controladas distribuidoras está sujeita à modificação, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - CONCESSIONÁRIAS - OUTROS

Os valores de R\$20.169 (R\$20.169 em 2007) no Ativo não circulante e de R\$18.953 (R\$19.154 em 2007) no Passivo circulante e Não circulante (Nota 18), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, entre a controlada Bandeirante Energia S.A. e a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6.3 - CONCESSIONÁRIAS - SUPRIMENTO CONVENCIONAL

Inclui valores faturados pela controlada Enertrade contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, vencidas e a vencer, no total de R\$64.514 (R\$56.841 em 2007), sendo que o montante de R\$65.753 (R\$52.168 em 2007) está em discussão entre as partes, em função de divergência entre o preço contratado pela AMPLA junto à Enertrade e o valor autorizado pela ANEEL para repasse às tarifas aos consumidores finais da AMPLA.

Nessa discussão, a Enertrade obteve liminar em mandado de segurança suspendendo os efeitos do ofício da ANEEL que não reconheceu o valor do preço contratado pela AMPLA, e também entende que o contrato já havia sido tacitamente aprovado pela ANEEL, nos termos do artigo 1º, incisos 3º e 4º da Resolução ANEEL nº 22/1999. Em descumprimento a essa liminar, a AMPLA tem efetuado os pagamentos das faturas emitidas pela Enertrade de forma parcial, correspondentes à parte do valor da tarifa contratada que, segundo a ANEEL, seria aquela possível de repasse pela AMPLA aos seus consumidores finais.

A controlada Enertrade registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondente ao valor em discussão, contabilizada na demonstração do resultado do período na rubrica Despesas com vendas, no montante de R\$13.585 (R\$12.012 em 2007).

6.4 - AJUSTES A VALOR PRESENTE

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo pronunciamento CPC 12, foi calculado com base na taxa WACC regulatória, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e, em 31 de dezembro de 2008, correspondia a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 2007), afetando negativamente o resultado do exercício consolidado antes dos efeitos de impostos em R\$3.641 (R\$1.779 positivo em 2007) e negativamente o patrimônio líquido consolidado em R\$9.745 em 2008 (R\$7.340 em 2007).

7 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
PIS/COFINS - majoração de alíquota			5.793	6.528		1.385
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário				31.136		10.379
Prêmio de seguros	48	46	1.714	1.374	1.376	
Outros		207	900	3.359	1.232	1.126
Total	48	253	8.407	42.397	2.608	12.890

7.1 - PIS E COFINS - MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA

O saldo em 31 de dezembro de 2008 é representado pelo ativo regulatório constituído na controlada Lajeado Energia (em 2007 nas controladas distribuidoras), em razão das alterações introduzidas pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros foram repassados ao preço e/ou tarifas.

8 - CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA "A" - CVA

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bandeirante								
De 01/01/2001 a 25/10/2001		75.802			21.078			
De 24/09/2005 a 23/09/2006		3.683				1.071		
De 24/09/2006 a 23/09/2007	6.635	31.692			10.728	46.031		
De 24/09/2007 a 23/09/2008	57.920	2.286	680	8.170	21.602	3.826		11.479
De 24/09/2008 a 30/09/2008			47.557				7.572	
	64.555	113.463	48.237	8.170	53.408	50.928	7.572	11.479
Escelsa								
De 01/01/2001 a 25/10/2001	34.725	55.008		33.005				
De 08/07/2004 a 07/07/2005		4.148						
De 08/07/2005 a 07/07/2006		6.283				1.854		
De 08/07/2006 a 07/07/2007	5.724	47.700			3.461	35.461		
De 08/07/2007 a 07/07/2008		27.849		25.090	7.824	32.567		24.369
De 08/07/2007 a 30/09/2008	11.592		46.326		8.164		43.717	
	52.041	140.988	46.326	58.095	19.449	69.882	43.717	24.369
Enersul								
De 01/01/2001 a 25/10/2001		34.643		21.615				
De 08/03/2002 a 07/03/2003		680				172		
De 08/03/2006 a 07/03/2007		6.963				2.266		
De 08/03/2007 a 07/03/2008		319		319		8.073		1.031
	-	42.605	-	21.934	-	10.511	-	1.031
Total	116.596	297.056	94.563	88.199	72.857	131.321	51.289	36.879

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os registros para compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item e os respectivos valores de cobertura consideradas nas tarifas de energia elétrica, são efetuados de acordo com o regime de competência, no ativo e/ou passivo, com contrapartidas no resultado conforme a sua natureza de gasto.

A mutação da CVA no exercício é a seguinte:

Item	Saldo em 31/12/2007	Apropriação	Atualização monetária	Amortização	Baixa - permuta de ativos (nota 1.1)	Saldo em 31/12/2008
Parcela "A"	220.073		13.327	(188.341)	(31.412)	13.647
CVA	(3.018)	111.266	(1.952)	(14.296)	(18.634)	73.366
	217.055	111.266	11.375	(202.637)	(50.046)	87.013

Parcela "A": de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 - valores correspondentes a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na nota 4.

9 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	51.373	15.627	226.425	222.212		
ICMS	53		26.970	38.710	31.084	56.732
PIS e COFINS	253	236	65.861	31.117		137
IRRF sobre juros s/capital próprio	23.343	22.227	23.343	22.227		
Outros	3.399	26.784	18.319	52.687		
Total	78.403	64.874	360.918	366.953	31.084	58.869
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social			176.889	132.963		
ICMS sobre diferencial de alíquota			3	6.775		
ICMS			107.445	120.668		
PIS e COFINS			63.566	43.090	34.451	564
ISS			30			
IRRF sobre juros s/ capital próprio	14.777	18.766	42.274	40.993		
Outros	835	509	11.761	26.264		
Total	15.612	19.275	401.968	370.753	34.451	564

9.1 - TRIBUTAÇÃO DE OPERAÇÕES NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, as distribuidoras de energia elétrica, como agentes integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceram a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

9.2 - PIS E COFINS

Os saldos de ativo e passivo de PIS e COFINS, em 31 de dezembro de 2008, consideram o registro pelas controladas Bandeirante e Escelsa dos créditos extemporâneos, no montante de R\$40.054, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondente aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, as controladas reconheceram no Passivo circulante, na rubrica Outras obrigações, igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada no futuro (Nota 14).

10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

10.1 - ATIVO

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, das controladas Bandeirante, Escelsa, Enertrade, Energest, EDP - Lajeado e Pantanal, no prazo máximo de 10 anos.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
IR sobre prejuízos fiscais	38.747	22.383	114.221	249.084
CSLL sobre base negativa	13.987	10.232	53.382	92.591
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias	61.796	142.607	71.871	83.623
IR e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	3.113	3.279	24.900	29.512
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	7.909	14.752	140.299	239.694
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	669	1.877	7.701	7.429
Total	126.221	195.130	412.374	701.933

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, computados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2017	2018 a 2019	Não circulante
201.902	81.069	41.856	42.418	31.257	12.217	1.655	412.374

As Administrações das empresas elaboraram, em 31 de dezembro de 2008, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e, para as controladas Bandeirante e Escelsa, conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1.1 - O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido na controlada Bandeirante, cuja provisão em 31 de dezembro de 2001 foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais,

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

com expectativa de finalização no exercício de 2017. A parcela relativa ao cálculo de excesso ao limite legal de dedução equivalente a 20% em relação à folha de salários-base corresponde a proporção dos recursos destinados ao saldamento dos participantes ativos.

10.1.2 - O Crédito Fiscal do Ágio é Proveniente:

- a) na controlada Bandeirante, da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante;
- b) na controlada Escelsa, da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, serão amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das Companhias, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$6.063 para a Bandeirante até o ano de 2027 e R\$1.942 para a Escelsa até o ano de 2025.

10.1.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que as controladas Bandeirante e Escelsa apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos em 31 de dezembro de 2008 relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 10.1.1 e 10.1.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

10.2 - PASSIVO

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Imposto de renda	1.448	17.641
Contribuição social	521	6.351
PIS		469
COFINS		2.168
Total	1.969	26.629
Circulante	1.969	6.817
Não circulante		19.812
Total	1.969	26.629

11 - PARTES RELACIONADAS

Os acionistas do bloco controlador da Companhia estão apresentados na nota 25.1, com os quais a única transação existente é a relativa ao pagamento de dividendos, que no exercício montou em R\$119.826 (R\$88.852 em 2007).

Além dos valores a receber como dividendos de suas controladas e coligadas, apresentados na nota 26, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

	Controladora						Consolidado			
	Ativo		Passivo		Receitas no exercício		Ativo		Receitas no exercício	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	2008	2007	31/12/2008	31/12/2007	2008	2007
Partes relacionadas										
Bandeirante	351	124	371	182						
CESA	82.849	77.754			5.095	4.341				
Energest	35.793	35.733	4	4						
Enersul		267		41	8	107				
Enertrade	103									
ESC90	22.090	23.723			11.369	10.925	22.104	23.814	11.369	10.925
Escelsa	233	263	135	23		263				
Escelsapar	2.668	1.930			189	161				
Pantanal		14.982								
Total	144.087	154.776	510	250	16.661	15.797	22.104	23.814	11.369	10.925

Os saldos com as controladas Bandeirante, Escelsa e Enertrade referem-se ao compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007 e, com as demais empresas, referem-se fundamentalmente a mútuos financeiros.

A remuneração do pessoal chave da Administração no exercício de 2008, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$5.805, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 8 de abril de 2008, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês e da Diretoria, de até R\$6.000, para o período de abril de 2008 a março de 2009.

12 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Depósitos judiciais	24	2.080	2.080	2.944	2.551	2.080	2.080	132.067	192.106
Títulos caucionados-Sec. do Tesouro Nacional									5.947
Cauções e depósitos vinculados						23.225	13.941	21.565	23.839
Total		2.080	2.080	2.944	2.551	25.305	16.021	153.632	221.892

13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTUROS AUMENTOS DE CAPITAL

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2007	
Energest	35.040	35.040		
Enemova	7.700			
Investco				2.550
Total	42.740	35.040		2.550



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 - OUTROS CRÉDITOS - ATIVO E OUTRAS CONTAS A PAGAR - PASSIVO

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	105	118			2.594	2.465		
Adiantamentos a fornecedores	53	53			2.401	3.179		
Cheques devolvidos						1.394		
Créditos a receber - clientes					466	1.883		
Padrão baixa renda						1.101		
Modicidade tarifária - baixa renda					53.927	43.063		
Dispêndios a reembolsar	405	533			5.166	8.398		
Programa eficiência energética					2.863	8.428	2.525	2.198
RGR a compensar					2.091	2.741		
Bens destinados à alienação					20.051	60	84	84
Desativação em curso					5.548	3.236		
Serviços em curso	2.511	757			14.043	14.718		
Serviços prestados a terceiros					11.290	4.449	9.825	4.265
Tributos e consignações sobre folha					1.551	549		
Desativações e alienações					236	2.820		
Compartilhamento de infra-estrutura					72	1.710		
Prêmios diversos						2.064		
Sub-rogação CCC - Res. 331/2005 e Ofício enc. Aneel 2007						9.040		6.856
Adiantamento UTE Resende e Norte Capixaba			6.462				6.462	
Adiantamento referente a aquisição - Pecém				5.000				5.000
NDF - Nondeliverable forward contracts							60.669	
Convênios de arrecadação					2.255			
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.					1.820		19.954	
Cessão de crédito - Caiuá								
Distribuição de Energia S.A.					3.347		4.435	
Outros	170	900	765		14.924	26.343	8.921	3.961
Total	3.244	2.361	7.227	5.000	144.645	137.640	112.875	22.364

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					9.837	6.470		
Contribuição de iluminação pública					10.368	17.850		
Valores a pagar à Piratininga						202	18.953	18.952
Credores diversos - consumidores					17.395	24.324		
Credores diversos - concessionárias					3.436	7.292		
Folha de pagamento		315			4.050	5.762		
Colaboradores - PL/AGO84						7		1.457
Programa eficiência energética							2.846	
PIS e COFINS das geradoras						438		
Outros passivos regulatórios					4.193	4.610	13.455	
Modicidade tarifária - baixa renda					47.766	127		
Cessão de créditos de ICMS					308	8.667		
Juros sobre empréstimo compulsório					431	3.088		
Prefeituras - créditos adquiridos em precatórios						15		
Arrecadação de terceiros a repassar					2.525	8.647		
Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia					2.282	1.835		
Devolução tarifária Cosit 27					40.054			
Liquidações financeiras na CCEE					430	457		
Outras	2.208	518	25	4	18.187	23.057	6.051	711
Total	2.208	833	25	4	161.262	112.848	41.305	21.120

14.1 - MODICIDADE TARIFÁRIA - BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

A controlada Escelsa encontrava-se em processo de fiscalização pela ANEEL, que exigiu o exame e análise dos dados e critérios de enquadramento dos clientes que possuem o benefício da tarifa social reduzida, para os períodos posteriores a dezembro de 2006, tendo concluída a fiscalização, possibilitando o restabelecimento das homologações mensais e recebimentos dos valores da subvenção baixa renda.

A controlada Bandeirante encontra-se em processo de fiscalização pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, tendo sido lavrado Termo de Notificação em que o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade tarifária baixa renda. Em decorrência, deverá ser procedida a devolução de tarifas cobradas a maior, tendo sido registrado nesta rubrica um passivo no montante de R\$47.640. Considerando-se que a legislação e regulamentação dessa matéria prevê o ressarcimento desses valores através do mecanismo da subvenção, foi registrado em contrapartida, no ativo, o mesmo montante.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14.2 - CESSÃO DE CRÉDITO - TANGARÁ ENERGIA S.A.

Refere-se ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia S.A. e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios n°s 467/2000-SFF/ANEEL e 1.706/2004-SFF/ANEEL, com as seguintes condições:

Prazo para pagamento: 120 meses

Carência: 18 meses

Término: 29 de fevereiro de 2016

Remuneração: 100% do CDI

Valor contrato: R\$18.199

14.3 - CESSÃO DE CRÉDITO - CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.

Refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia S.A. e a Caiuá Distribuição de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do despacho n° 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, com as seguintes condições:

Prazo para pagamento: 86 meses

Carência: 24 meses

Término: 29 de fevereiro de 2016

Remuneração: 100% do CDI mais 2% a.a. de juros

Valor contrato: R\$23.532

15 - INVESTIMENTOS**15.1 - MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO**

Investimentos	Saldos em 31/12/2007	Adições	Equivalência p/Patrimonial	Controladora			Saldo em 31/12/2008
				Dividendos/ JSCP	Transferência Passivo a Descoberto	Permuta Enersul Investco	
Bandeirante	749.766		206.492	(276.227)			680.031
Escelsa	776.363		122.449	(213.667)			685.145
Enersul	672.516		37.438			(709.954)	
Investco		22.875	2.550	(4.317)		21.451	42.559
EDP Lajeado	155.695		12.989	(13.481)			155.203
Lajeado Energia			10.842	(30.332)		244.690	225.200
Tocantins Energia			756			76.109	76.865
Enerpeixe	606.492		76.110	(51.335)			631.267
Energest	196.327		99.529	(94.553)			201.303
Enertrade	31.916		35.814	(35.813)			31.917
Enernova		1	(430)		429		
Porto do Pecém		80.156					80.156
Total	3.189.075	103.032	604.539	(719.725)	429	(367.704)	2.809.646
Deságios							
Deságio Escelsa	(2.388)						(2.388)
Total	(2.388)	-	-	-	-	-	(2.388)
Outros Investimentos							
Denerge		37.500					37.500
Outros	149	171					320
Total	149	37.671	-	-	-	-	37.820
Total	3.186.836	140.703	604.539	(719.725)	429	(367.704)	2.845.078

Consolidado				
Deságios	Saldos em 31/12/2007	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2008
EDP Energias do Brasil S.A.				
Deságio Escelsa	(2.388)			(2.388)
EDP Lajeado				
Deságio Investco		(544)		(544)
Total	(2.388)	(544)	-	(2.932)
Outros Investimentos				
EDP Energias do Brasil S.A.				
Denerge		37.500		37.500
Outros	149	171		320
Bandeirante				
Outros	681			681
Escelsa				
Outros	4.982			4.982
EDP Lajeado				
Adto. compra de ações	2.159	665	(2.598)	226
Outros	55			55
Enercouth				
Outros	1.271			1.271
Total	9.297	38.336	(2.598)	45.035
Total	6.909	37.792	(2.598)	42.103

15.1.1 - Em setembro de 2008, a Companhia permutou a anterior controlada Enersul por participação direta e indireta das controladas Lajeado Energia, Tocantins Energia e Investco, conforme nota 1.1.

15.1.2 - A adição na rubrica "Outros investimentos", no valor de R\$37.500, refere-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico brasileiro. No âmbito dessa negociação, a Energia do Brasil terá a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos, ao preço de eventual oferta pública ou ao preço unitário de R\$5,68 se a oferta pública não ocorrer.

15.1.3 - Objetivando aumento de sua participação econômica na controlada Investco, a Energias do Brasil adquiriu no exercício, em operações realizadas privadamente, 16.861.476 ações preferenciais classe "C" de emissão da Investco, no montante de R\$48.129, correspondente a 2,33% do total das ações.

15.1.4 - Em outubro de 2008, a Companhia permutou a anterior controlada Diferencial por participação direta na controlada em conjunto Porto do Pecém, conforme nota 1.3.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15.2 - PARTICIPAÇÃO DIRETA DOS INVESTIMENTOS

Empresas	Participações diretas			
	Investimentos		% Participação direta	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
EDP Energias do Brasil				
Bandeirante	680.031	749.766	100	100
Escelsa	685.145	776.363	100	100
Enersul		672.516		100
Energest	201.303	196.327	100	100
Enertrade	31.917	31.916	100	100
EDP Lajeado	155.203	155.695	59,93	59,93
Enerpeixe	631.267	606.492	60	60
Enernova (V)			100	
Tocantins Energia	76.865		50,88	
Lajeado Energia	225.200		47,23	
Investco (I)	42.559		4,53	
Escelsapar (II)			100	100
Enercouth (III)			100	100
ESC90 (IV)			48,51	48,51
Porto do Pecém	80.156		50	
Outros investimentos	37.820	149		
Deságio	(2.388)	(2.388)		
	2.845.078	3.186.836		
Energest				
Castelo Energética	77.017	64.352	100	100
Pantanal Energética	36.590	13.122	100	100
Costa Rica	8.834	8.708	51	51
Santa Fé	1	1	100	100
	122.442	86.183		
EDP Lajeado				
Investco (II)	239.559	231.018	23,34	23,06
Outros investimentos	278	2.213		
Deságio	(544)			
	239.293	233.231		
Tocantins Energia				
Lajeado Energia	103.550		12,70	
Ipueiras	5		100	
	103.555	-		

	Participações diretas			
	Investimentos		% Participação direta	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Lajeado Energia				
Investco (I)	400.334		39,07	
	400.334	-		
Outros				
Outros investimentos	5.663	5.663		
Eliminações	(3.674.262)	(3.505.004)		
	(3.668.599)	(3.499.341)		
Total Consolidado	42.103	6.909		

- (I) A investco passou de consolidada proporcional para consolidada integral a partir de setembro de 2008 (nota 1.1).
 (II) A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$1.942 (R\$201 em dezembro 2007).
 (III) A Enercouto possui provisão com passivo a descoberto no valor de R\$418 (R\$373 em dezembro 2007).
 (IV) A ESC 90 não é consolidada e possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$51.383 (R\$56.685 em dezembro 2007).
 (V) A Enernova possui provisão com passivo a descoberto no valor de R\$429.

16 - IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação %	Controladora			31/12/2007
		31/12/2008			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço - tangível					
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,00	8	(2)	6	7
Máquinas e equipamentos	14,17	684	(367)	317	390
Veículos	18,36	922	(777)	145	228
Móveis e utensílios	9,73	1.298	(566)	732	859
Total do Imobilizado em serviço		2.912	(1.712)	1.200	1.484
Imobilizado em curso					
Administração		793		793	330
Total do imobilizado em curso		793	-	793	330
Total imobilizado tangível		3.705	(1.712)	1.993	1.814



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		Consolidado			
		31/12/2008			31/12/2007
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível					
Distribuição					
Terrenos		49.005		49.005	50.014
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,82	98.237	(57.002)	41.235	65.709
Máquinas e equipamentos	3,82	3.465.075	(1.586.166)	1.878.909	2.541.590
Veículos	8,61	18.258	(13.139)	5.119	3.915
Móveis e utensílios	8,51	6.067	(4.428)	1.639	1.335
		3.636.642	(1.660.735)	1.975.907	2.662.563
Geração					
Terrenos		127.196		127.196	40.135
Reservatórios, barragens e adutoras	1,98	1.646.935	(169.264)	1.477.671	1.048.937
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,18	675.173	(110.667)	564.506	354.128
Máquinas e equipamentos	2,89	1.375.912	(193.568)	1.182.344	950.836
Veículos	15,32	3.114	(1.563)	1.551	854
Móveis e utensílios	8,69	954	(223)	731	881
		3.829.284	(475.285)	3.353.999	2.395.771
Transmissão					
Terrenos		1		1	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,56	512	(155)	357	230
Máquinas e equipamentos	3,02	72.920	(17.828)	55.092	24.399
		73.433	(17.983)	55.450	24.629
Comercialização					
Terrenos		44		44	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,88	4.125	(2.405)	1.720	1.880
Máquinas e equipamentos	4,88	4.142	(2.616)	1.526	4.044
Veículos	15,89	921	(462)	459	360
Móveis e utensílios	3,57	1.654	(1.411)	243	246
		10.886	(6.894)	3.992	6.574
Administração					
Terrenos		915		915	1.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,27	14.031	(8.980)	5.051	16.423
Máquinas e equipamentos	6,03	84.679	(54.344)	30.335	64.027
Veículos	15,09	25.538	(14.130)	11.408	11.910
Móveis e utensílios	6,77	12.686	(6.901)	5.785	5.414
		137.849	(84.355)	53.494	98.947

Consolidado				
Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2008			31/12/2007
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão				
Terrenos	273		273	365
Edificações, obras civis e benfeitorias				451
Máquinas e equipamentos	17	(17)		12
Móveis e utensílios	382	(127)	255	293
	672	(144)	528	1.121
Total do Imobilizado em serviço	7.688.766	(2.245.396)	5.443.370	5.189.605
Imobilizado em curso - tangível				
Distribuição	262.067		262.067	400.911
Geração	684.560		684.560	66.833
Transmissão	548		548	495
Comercialização	170		170	235
Administração	7.499		7.499	37.163
	954.844	-	954.844	505.637
Obrigações vinculadas à concessão	(380.122)	15.743	(364.379)	(614.980)
Total Imobilizado tangível	8.263.488	(2.229.653)	6.033.835	5.080.262

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2007	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2008
Imobilizado em serviço - tangível						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7			(1)		6
Máquinas e equipamentos	390		22	(95)		317
Veículos	228		111	(242)	48	145
Móveis e utensílios	859			(126)	(1)	732
Total do imobilizado em serviço	1.484	-	133	(464)	47	1.200
Imobilizado em curso - tangível	330	596	(133)			793
Total líquido	1.814	596	-	(464)	47	1.993



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Controladora									
	Valor líquido em 31/12/2007	Aquisições	Transferência p/imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Adições (baixas) permuta de ativos (nota 1.1)	Aquisição de empresas	Mudança de participação (nota 1.1)	Valor líquido em 31/12/2008
Imobilizado em serviço - tangível									
Terrenos	91.731		471		(90)	(2.234)		87.555	177.433
Reservatórios, barragens e adutoras	1.048.937		30.341	(25.963)				424.356	1.477.671
Edificações, obras civis e benfeitorias	438.819		5.614	(16.705)	(239)	(37.012)		222.391	612.868
Máquinas e equipamentos	3.584.912	25	457.372	(212.580)	(39.046)	(936.372)		293.897	3.148.208
Veículos	17.040	3	14.091	(6.986)	(96)	(5.800)		287	18.539
Móveis e utensílios	8.166	1	1.789	(1.705)	(58)	(1.053)		1.511	8.651
Total do imobilizado em serviço	5.189.605	29	509.678	(263.939)	(39.529)	(982.471)	-	1.029.997	5.443.370
Total do imobilizado em curso	505.637	656.646	(523.705)		(30.128)	(61.339)	366.206	41.527	954.844
Total do imobilizado - tangível	5.695.242	656.675	(14.027)	(263.939)	(69.657)	(1.043.810)	366.206	1.071.524	6.398.214
(-) Obrigações vinculadas à concessão									
Contribuição de consumidores	(274.736)	(21.999)	(146)	10.018	3.164	40.032			(243.667)
Participação da União, Estados e Municípios	(160.197)	(4.863)	(152)	3.033	1.052	115.761			(45.366)
Doações e subvenções	(180.047)	(5.800)	298	5.777	1.948	102.478			(75.346)
	(614.980)	(32.662)	-	18.828	6.164	258.271	-	-	(364.379)
Total líquido	5.080.262	624.013	(14.027)	(245.111)	(63.493)	(785.539)	366.206	1.071.524	6.033.835

16.1 - DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

16.2 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA

Os bens da União sob a administração da controlada Escelsa constituem-se de terrenos e antigas edificações que encontram-se fora de uso, em função da impossibilidade prática de suas utilizações, portanto improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Extrapatrimonial.

16.3 - CAPITALIZAÇÃO DAS DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Conforme mencionado na nota 3.2.f, foi incorporado no Ativo Imobilizado no exercício, a título de capitalização de parcelas de gastos com a administração central, o montante de R\$17.535, registrado por transferência e em contrapartida ao Resultado do exercício no grupo de Gastos operacionais - Despesas gerais e administrativas.

17 - INTANGÍVEL

Controladora					
	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2008			31/12/2007
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Administração					
Software	8,78	1.979	(1.693)	286	356
Total do intangível em serviço		1.979	(1.693)	286	356
Intangível em curso					
Administração		181		181	95
Total do intangível em curso		181	-	181	95
Ágio na aquisição de investimentos					
Enersul e Pantanal		13.373	(2.311)	11.062	194.621
Bandeirante		38.143	(9.354)	28.789	30.246
Enerpeixe		3.837	(606)	3.231	3.348
Lajeado Energia e Investco		450.553	(7.234)	443.319	
Porto do Pecém		3.590		3.590	
Total intangível		509.496	(19.505)	489.991	228.215
Total intangível		511.656	(21.198)	490.458	228.666
Consolidado					
	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2008			31/12/2007
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Distribuição					
Software	18,76	38.914	(28.295)	10.619	12.131
Servidão permanente		12.313		12.313	9.816
		51.227	(28.295)	22.932	21.947
Geração					
Software	18,14	2.089	(448)	1.641	548
Servidão permanente		310		310	541
		2.399	(448)	1.951	1.089
Transmissão					
Software					26
Servidão permanente		126		126	126
		126	-	126	152
Comercialização					
Software	19,99	53.852	(50.205)	3.647	14.551
		53.852	(50.205)	3.647	14.551
Administração					
Software	13,52	147.395	(79.949)	67.446	51.838
Outros		935		935	1.324
		148.330	(79.949)	68.381	53.162
Total do intangível em serviço		255.934	(158.897)	97.037	90.901



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		Consolidado			
		31/12/2008			31/12/2007
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em curso					
Distribuição		1.907		1.907	4.845
Geração		479		479	1.575
Comercialização		3.704		3.704	2.221
Administração		58.520		58.520	88.615
Total do intangível em curso		64.610	–	64.610	97.256
Atividades não vinculadas à concessão					
Ágio na incorporação de sociedade controladora		564.548	(128.642)	435.906	748.366
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(564.548)	128.642	(435.906)	(748.366)
		–	–	–	–
Ágio na aquisição de investimentos					
Enersul e Pantanal		13.373	(2.311)	11.062	194.621
Bandeirante		38.143	(9.354)	28.789	30.246
Enerpeixe		3.837	(606)	3.231	3.348
Lajeado Energia e Investco		1.176.791	(66.605)	1.110.186	209.233
Porto do Pecém		3.590		3.590	
Total intangível		1.235.734	(78.876)	1.156.858	437.448
Total intangível		1.556.278	(237.773)	1.318.505	625.605

Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2007	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Permuta Investco x Enersul	Valor líquido em 31/12/2008
Intangível em serviço	356		99	(169)		286
Intangível em curso	95	185	(99)			181
Ágio na aquisição de investimentos	228.215	41.891		(147.819)	367.704	489.991
	228.666	42.076	–	(147.988)	367.704	490.458

Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/07	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Permuta Investco x Enersul	Mudança de participação	Valor líquido em 31/12/08
Intangível em serviço	90.901		87.226	(43.621)	(54)	(37.598)	183	97.037
Intangível em curso	97.256	67.215	(73.199)		(674)	(26.594)	606	64.610
Ágio na aquisição de investimento	437.448	42.106		(157.913)		835.217		1.156.858
	625.605	109.321	14.027	(201.534)	(728)	771.025	789	1.318.505

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão das controladas Bandeirante e Escelsa, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são representados por direitos de uso de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura, como direito de concessão, amortizado pelo período remanescente das respectivas concessões, cujo teste de recuperabilidade efetuado no exercício de 2008, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

17.1 - Como resultado da transação de permuta de ativos mencionada na nota 1.1, foi registrado ágio no valor de R\$425.299, suportado por laudo de avaliação econômico-financeira emitido por avaliadores independentes, e será amortizado pelo prazo de exploração do aproveitamento Hidrelétrico Luis Eduardo Magalhães, até o ano de 2032.

Custo da Permuta

Investimento na Enersul em 31/08/2008

Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	709.954
Saldo de ágio - líquido	44.549
Outros custos previstos em contrato	13.046
	767.549

Ingresso de Investimentos

Valor do patrimônio líquido contábil ajustado em 31/08/2008

Investco	21.451
Lajeado Energia	244.690
Tocantins Energia	76.109
	342.250
Valor do ágio gerado na permuta	425.299

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado		
	Circulante		Circulante		Não Circulante
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2007
Suprimento de energia elétrica			215.181	203.319	
Energia livre			5.343	25.473	
CCEE (compra de energia de curto prazo)			28.635	21.901	
Encargos de uso da rede elétrica			48.123	58.811	
Encargos de serviços de sistema			8.794	6	
Outros passivos regulatórios			169		
Materiais e serviços	13.093	16.611	150.434	137.044	199
Total	13.093	16.611	456.679	446.554	199

19 - DEBÊNTURES

Emissora	Data				Consolidado		
	Emissão	Liquidação	Frequência	Série	Quantidade de títulos	Remuneração	Montante
Bandeirante	01/03/2006	07/04/2006	3º	Única	25.000	104,4% do CDI	250.000
Escelsa	01/06/2006	05/07/2006	1º	Única	26.400	104,4% do CDI	264.000
Escelsa	02/07/2007	10/07/2007	2º	Única	25.000	105,0% do CDI	250.000
Enersul (*)	02/05/2006	02/06/2006	1º	Única	33.750	104,3% do CDI	337.500
Investco	01/11/2001	01/03/2002	1º	Única	25.000	12,80% ao ano	264.791

(*) A anterior controlada Enersul foi consolidada pelo método integral até 31 de agosto de 2008.

19.1 - EMISSORAS BANDEIRANTE E ESCELSA

Em 30 de janeiro de 2006, os Conselhos de Administração da Bandeirante e Escelsa aprovaram a contratação de linhas de financiamento de longo prazo, materializadas pelas emissões de debêntures, sendo a terceira da Bandeirante e a primeira da Escelsa.

Todas as debêntures emitidas são do tipo simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, prazo de vigência de cinco anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal.

Os vencimentos finais ocorrerão da seguinte forma:

- Bandeirante: em 1º de março de 2011, com amortizações anuais, iguais e sucessivas, em 1º de março de 2009, 2010 e 2011.
- Escelsa: em 1º de junho de 2011, com amortizações anuais, iguais e sucessivas, em 1º de junho de 2009, 2010 e 2011.

A fíto de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios mencionados no quadro supra, aplicados pela acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos.

As remunerações correspondentes aos períodos de capitalização são devidas semestralmente, iniciada para a Bandeirante em 1º de setembro de 2006 e, para a Escelsa, em 2 de dezembro de 2006, e os últimos coincidentes com as respectivas datas de amortizações finais.

Os contratos apresentam cláusulas prevendo rescisões nas seguintes hipóteses:

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- (ii) Descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração acrescido de caixa no início do período de apuração acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração excluída da receita financeira de operações de "hedge" e "swap" no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- (iii) Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- (iv) Pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- (v) Liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (vi) Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
- (vii) Perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

19.2 - EMISSORA ESCELSA

Em 14 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Escelsa aprovou a contratação de linhas de financiamento de longo prazo, materializadas pela 2ª emissão de debêntures.

Em 2 de julho de 2007, foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$250.000 com prazo de vigência de 7 (sete) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 (cinco) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 33,33%, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 33,33%, em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 33,34%, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A fíto de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de dezembro de 2007 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos sênior notes emitidas pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses descritas na nota 19.1, para a primeira emissão.

19.3 - EMISSORA - INVESTCO

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da EDP - Energias do Brasil S.A. e da EDP - Energias de Portugal.

A integralização ocorreu em 1º de março de 2002, pelo valor total de R\$264.791.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como consequência dessas alterações, a atualização devida em 1º de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e está sendo paga com a amortização programada no período de 1º de novembro de 2003 a 1º de novembro de 2011, a 11,11% a.a.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de outubro de 2006, foi deliberado a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Os valores são consolidados na Energias do Brasil, até 31 de agosto de 2008 proporcionalmente ao seu percentual de participação indireta até então detido, de 23,0576% e, a partir de 1º de setembro de 2008, consolidados integralmente, no âmbito do descrito na nota 1.1.

19.4 - Em 31 de dezembro de 2008, as controladas encontram-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos "covenants" previstas nos contratos de debêntures.

19.5 - VENCIMENTO DAS PARCELAS DO NÃO CIRCULANTE:

Ano	Valor
2010	202.317
2011	202.770
2012	83.023
2013	83.023
2014	83.047
Total	654.180

19.6 - A MUTAÇÃO DAS DEBÊNTURES NO EXERCÍCIO É A SEGUINTE:

	Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	24.252	1.120.343
Encargos e atualizações monetárias	126.579	
Amortizações	(174.814)	
Transferências para o circulante	314.870	(314.870)
Amortização dos custos da transação	1.307	
Alienação da controlada Enersul	(73.690)	(151.293)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	218.504	654.180

20 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

	Controladora	
	31/12/2008	
	Encargos	Principal
Moeda nacional		
Cédula de Crédito Bancário	7.700	250.000
Total	7.700	250.000

Empresa		Consolidado					
		31/12/2008			31/12/2007		
		Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante
Moeda estrangeira							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	bandeirante	531	27.054	34.100	1.130	47.556	46.351
Amortização do custo da transação	bandeirante		(1.438)	(3.116)		(1.438)	(4.554)
European Invest Bank	enersul				28	2.802	193
STN-DMLP	enersul				243	1.456	15.921
Banco Santander Brasil S.A.	energest	966	24.786				
BNDES	energest	5	471	393	5	351	644
Banco Santander Brasil S.A.	cesa	537	13.771				
BNDES	cesa	6	418	1.080	6	311	1.113
BNDES	pantanal	5	378	976	6	283	1.012
Itaú BBA S.A.	enerpeixe				5	1.313	
Banco do Brasil S.A.	enerpeixe				4	1.094	
BNDES	enerpeixe				17	4.377	
Bradesco	enerpeixe				4	1.104	
Unibanco	enerpeixe				4	876	
Citibank	pecem	431	184.623				
		2.481	250.063	33.433	1.452	60.085	60.680



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		Consolidado					
		31/12/2008			31/12/2007		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
Empresa	Moeda nacional	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
	BNDES - CVA				18	2.070	2.572
	Eletrobrás		1.053	9.340	96	996	9.655
	Cédula de Crédito Bancário	918	20.400	81.600	764		102.000
	Juros s/fundo reversão	73			73		
	BNDES FINAME	12	1.565	1.015			
	BNDES - Banco do Brasil	135	5.929	26.683			
	BNDES - Banco Santander	135	5.929	26.683			
	Eletrobrás	13	10.428	90.300	382	7.210	50.829
	Cédula de Crédito Bancário	2.188		40.400	1.766		40.400
	Juros s/fundo reversão				150		
	BNDES	19	4.368	3.281	53	4.357	7.610
	BNDES - Banco do Brasil	121	5.538	24.922			
	BNDES - Banco Santander	121	5.538	24.922			
	BNDES - RTE				73	15.373	
	Eletrobrás				385	8.432	56.672
	Cédula de Crédito Bancário				347		46.400
	Banco do Brasil FCO				553	3.280	16.126
	BNDES				177	12.809	31.703
	Fundação Enersul				13	4.066	
	Cédula de Crédito Bancário	2.460		48.000			
	BNDES	50	4.388	3.292	61	4.380	7.664
	BNDES	65	4.184	10.461	83	4.727	16.547
	BNDES	59	3.783	9.457	56	3.220	11.271
	Eletrobrás	58	478	2.088	137	650	2.516
	BNDES	1.776	56.386	343.013	182	46.874	398.434
	Banco Itaú	542	17.199	104.630	55	14.062	119.530
	Bradesco	452	14.333	87.192	46	11.719	99.609
	Unibanco	361	11.466	69.754	36	9.375	79.687
	Banco do Brasil	452	14.333	87.190	46	11.719	99.609
	Banco da Amazônia	405	17.169	8.268			
	BNDES	83	42.443	144.745	1.219	14.576	49.028
	Leasing - Safra S.A.		68	87			
	Citibank	988	96.000				
	Cédula de Crédito Bancário	7.700	250.000				
		19.186	592.978	1.247.323	6.771	179.895	1.247.862

Consolidado							
		31/12/2008			31/12/2007		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
Empresa		Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Resultado dos "Swaps"							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	bandeirante		12.688	11.196		39.600	31.501
JP Morgan	bandeirante		955			4.696	949
Citibank	bandeirante		400			452	452
Banco Santander Brasil S.A.	energest		(5.764)				
Banco Santander Brasil S.A.	cesa		(3.202)				
Citibank	pecém			63.056			
		-	5.077	74.252	-	44.748	32.902
Total		21.667	848.118	1.355.008	8.223	284.728	1.341.444

20.1 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA ENERGIAS DO BRASIL

Cédula de Crédito - Contrato firmado em outubro de 2008, no valor de R\$250.000, junto ao Banco Bradesco S.A. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de 132% do CDI, capitalizados diariamente e pagáveis trimestralmente entre janeiro e dezembro de 2009, principal vencível em uma única parcela em dezembro de 2009. Esta operação estabelece como garantia o penhor de 13.110.225 ações de sua emissão.

20.2 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA BANDEIRANTE

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

- (i) Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e
- (ii) Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de covenants (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de "swap" cambial, com característica de "hedge", junto ao Banco J.P. Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Eletrobrás**(i) Programa Reluz**

- a)** Contrato firmado em 9 de abril de 2007. Recursos liberados no valor de R\$61 e R\$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- b)** Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$391, em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que será capitalizado até 28 de fevereiro a taxa de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- c)** Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$295 em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que será capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Programa Luz para Todos

- a)** Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$11.523, a título de financiamento e R\$1.773, a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$7.080 a título de financiamento e R\$1.089, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- b)** Contrato firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$12.359. Recursos liberados no montante de R\$3.708. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de outubro de 2009 e a última em 30 de setembro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A.. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece "covenant" da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

BNDES contrato N° 88.425/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece covenant da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES Contrato N° 88.425/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece “covenant” da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

Resultado dos “Swaps”

Essas operações financeiras estão valorizadas pelo valor justo, conforme descrito na nota 32.4.

“Swap” JP Morgan - Operação de “hedge” junto ao Banco JP Morgan com swap de variação monetária de Euro, onde a Companhia paga na ponta passiva 73,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de Euro, firmado em 15 de março de 2004 no valor de €12.720 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009. Em 11 de julho de 2005 esta operação foi repactuada com a diminuição do percentual do CDI para 59,8%.

Operações de “hedge” junto ao Banco JP Morgan com “swap” de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 71,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 28 de julho de 2004 no valor de US\$586 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009.

“Swap” Citibank - Operações de “hedge” junto ao Banco Citibank com “swap” de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 79,94% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 13 de novembro de 2003 no valor de US\$ 490 mil, com vencimento final em 29 de janeiro de 2009.

20.3 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA ESCELSA

BNDES (Moeda Nacional) - Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco Alfa, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% a.a. + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

BNDES Contrato N° 88.426/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R\$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece “covenant” da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES Contrato N° 88.426/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008 no valor de R\$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece “covenant” da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R\$40.400, sendo R\$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$20.200 junto ao Banco Santander Banespa. Sobre o valor do empréstimo incidem juros a razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014 e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014.

Esta operação estabelece "covenant" da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

As condições são idênticas para ambas instituições financeiras.

Eletrobrás

- (i) Programa Luz para Todos - 1ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$10.720, em 2005, R\$7.147, em 2006, R\$4.788 e em 2008 R\$3.095, totalizando R\$25.750. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016, com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.
- (ii) Programa Luz para Todos - 2ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R\$40.631. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018, com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.
- (iii) Programa Luz para Todos - 3ª Tranche - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que em 2008 foram liberados recursos no montante de R\$25.760. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2010 até 30 de março de 2020, com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.
- (iv) Programa Reluz - Contratos diversos firmados com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Ibiraçu, Aracruz, João Neiva, Alfredo Chaves e Santa Maria de Jetibá, no valor contratado de R\$17.960, sendo que foram liberados recursos no montante de R\$14.085. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Vencimento da primeira parcela em 30 de julho de 2002 e a última em 30 de novembro de 2013. Garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.
- (v) Programa Reluz I - Contrato ECF-181/2007 firmado com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, no valor de R\$85.866, com vencimento da 1ª amortização em 30 de março de 2010 e a última em 30 de março de 2020. Contrato ECF-2488/2007 firmado com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, no valor de R\$214, com vencimento da 1ª amortização em 11 de outubro de 2007 e a última em 2 de dezembro de 2013. Contrato ECF-2500/2007 firmado com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, no valor de R\$294, com vencimento da 1ª amortização em 11 de outubro de 2008 e a última em 2 de dezembro de 2013. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

20.4 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA ENERPEIXE

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$670.000, aprovado nos termos da decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$335.000 diretamente e R\$335.000 através de agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

Subcrédito	Parcela direta		Parcela indireta			Total da parcela indireta	Total
	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco		
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662
	335.000	100.500	83.750	83.750	67.000	335.000	670.000

As principais condições do financiamento são:

(i) Amortização:

- a) Para os subcréditos "A" e "C", 12 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de fevereiro de 2008, já liquidados;
- b) Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos:

- a) Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal;
- b) Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal; e
- c) Os "spreads" acima mencionados poderão ser de 6% a.a. a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal, o que poderá ocorrer a partir de janeiro de 2008 somente por solicitação da Companhia e EDP - Energias do Brasil S.A.. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% a.a., caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3.

(iii) Garantias e obrigações:

- a) Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
- b) Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
 - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às Companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. - CEMAT;
 - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.
- c) Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; e
- d) Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal, regida pelas leis portuguesas.
Em 31 de dezembro de 2008, as cláusulas restritivas desses contratos encontram-se em pleno atendimento.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20.5 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA INVESTCO**BNDES**

- (i) Contrato de financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos Acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002.
- (ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

BASA

- (i) Contrato de financiamento celebrado em 30 de setembro de 1999, amortizado mensalmente em 72 parcelas, entre 10 de novembro de 2003 e 10 de outubro de 2009, no montante total de R\$50.000, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente, sendo no período de carência exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados máquinas e equipamentos em alienação fiduciária e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.
- (ii) Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados alienação fiduciária de equipamentos da Usina e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.
- (iii) Contrato de capital de giro firmado em 30 de outubro de 2007, no valor de R\$9.900, com prazo de amortização de 14 meses, incluídos 2 meses de carência. A primeira parcela venceu em janeiro de 2008 e a última parcela tem vencimento em dezembro de 2008. Os encargos financeiros são variação do CDI acrescidos de 1% a.a., exigíveis mensalmente. No período de carência não foi exigido o pagamento de encargos, o qual foi incorporado ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Como garantia foi dada carta de fiança do Unibanco S.A.. Liquidado em 1º de dezembro de 2008.
- (iv) Safra Leasing S.A. - Em 10 de março de 2008, foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses, o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011, o bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

20.6 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA CASTELO ENERGÉTICA S.A.**- CESA E PANTANAL ENERGÉTICA LTDA.**

BNDES - Contrato firmado em fevereiro de 2002 pela CESA, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$39.280, em 2004, R\$17.565 e em 2007 R\$5.635. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCH's; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que

compreendem a totalidade da participação da Energest S.A. na Sociedade. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da CESA para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Res. 2770 - Contrato de repasse de operação de crédito em moeda estrangeira nº 231010028 firmado em 14 de março de 2008, pela CESA, junto ao Banco Santander S.A. no valor de US\$5,892,404.69, equivalente a R\$10.000, pelo prazo de 335 dias com vencimento final em 12 de fevereiro de 2009, a taxa de 4,81% a.a.. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória em moeda estrangeira.

Para este empréstimo foi realizada operação de “swap” cambial, com característica de “hedge”, junto ao Banco Santander S.A., em 14 de março de 2008, para troca de encargos originais do financiamento junto ao mesmo banco pela remuneração de 111,90% do CDI.

20.7 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA ENERGEST

BNDES - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R\$24.102. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Esta operação estabelece “covenant” da relação EBITDA/dívida financeira líquida, atendido até este momento.

Res. 2770 - Contrato de repasse de operação de crédito em moeda estrangeira nº 231010058 firmado em 14 de março de 2008, junto ao Banco Santander S.A. no valor de US\$10,606,328.44, equivalente a R\$18.000, pelo prazo de 335 dias com vencimento final em 12 de fevereiro de 2009, a taxa de 4,81% a.a. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória em moeda estrangeira.

Para este empréstimo foi realizada operação de “swap” cambial, com característica de “hedge”, junto ao Banco Santander S.A., em 14 de março de 2008, para troca de encargos originais do financiamento junto ao mesmo banco pela remuneração de 111,90% do CDI.

Cédulas de Crédito Bancário - Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R\$48.000, junto ao Banco do Brasil S.A.. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros a razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 e juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 a 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece “covenant” da relação dívida líquida/EBITDA em índice não superior a 3,5.

20.8 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA COSTA RICA

Eletrobrás-Financiamento ECF-1.568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R\$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória. Contrato repassado para a Costa Rica Energética, através do “Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor”.

20.9 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA DA CONTROLADA EM CONJUNTO PORTO DO PECÉM

Capital de Giro - Contrato de financiamento “ponte” para o Projeto de Pecém, firmado em 31 de janeiro de 2008 junto a um sindicato de bancos cujo coordenador é o Banco Citibank em moeda nacional, no montante de R\$192.000, com vencimento em 30 de abril de 2009, com incidência de juros de CDI mais 0,75% a.a. capitalizados diariamente e pagos mensalmente,

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

principal com liquidação em única parcela em 30 de abril de 2009. Em 31 de janeiro de 2008 e 8 de abril de 2008 foram sacados os montantes de R\$24.000 e R\$168.000, respectivamente. Garantia Aval dos acionistas, cada um responsável por 50% do valor total.

Capital de Giro - Contrato de financiamento "ponte" para o Projeto de Pecém firmado em 26 de fevereiro de 2008 junto a um sindicato de bancos cujo banco coordenador é o Banco Citibank em moeda estrangeira, no montante de US\$158,000,000 com vencimento em 30 de abril de 2009, com incidência de juros de LIBOR MENSAL mais 0,75% a.a. e pagos mensalmente, principal com liquidação em única parcela em 30 de abril de 2009. Em 4 de março de 2008 e 8 de abril de 2008 foram sacados os montantes de R\$219.682 e R\$31.838, respectivamente. Garantia Aval dos acionistas, cada um responsável por 50% do valor total.

Distribuição do Financiamento por Banco:

Instituição financeira	Nacional	Estrangeira
Banco Espírito Santo	11.520	US\$ 9,480,000
WestLB	11.520	US\$ 9,480,000
Banco Comercial Português	42.240	US\$ 34,760,000
Banco do Brasil	42.240	US\$ 34,760,000
Banco Citibank	42.240	US\$ 34,760,000
ING	42.240	US\$ 34,760,000
Total	192.000	US\$ 158,000,000

Resultado dos "Swaps"

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF "(Non Deliverable Forwards)", firmado em 17 de outubro de 2007, no valor total de US\$406.736,000, com vencimentos entre janeiro de 2009 e outubro de 2012, com a paridade inicial contratada de R\$/US\$1,8138.

Operação de "Swap" junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$334,181,000, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2024, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,82% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

Operação de "Swap" junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$334,181,000, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2021, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,79% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

20.10 - VENCIMENTO DAS PARCELAS DO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE (PRINCIPAL E ENCARGOS):

Vencimento	Tipo de moeda		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2009	612.162	257.623	869.785
	612.162	257.623	869.785
Não circulante			
2010	248.145	20.911	269.056
2011	248.032	18.833	266.865
2012	244.558	4.885	249.443
2013	202.790		202.790
2014	166.482		166.482
2015	137.800		137.800
2016	25.833		25.833
Após 2016	36.739		36.739
	1.310.379	44.629	1.355.008
Total	1.922.541	302.252	2.224.793

21 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Vencimento	Consolidado			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bandeirante				
BSPS - Reservas a amortizar	21.003	13.669	63.678	82.774
Programas assistenciais	6.033	3.856		
Escelsa				
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA			3.899	5.868
Assistência médica e seguro de vida	3.835	3.835	40.525	37.444
Energest				
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA				228
Assistência médica e seguro de vida				1.033
Total	30.871	21.360	108.102	127.347

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON.

Para atendimento a essa exigência, as controladas que concedem benefícios pós-emprego, quais sejam Bandeirante, Escelsa e Energest, contrataram atuários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais dos benefícios foram as seguintes:

	2008	2007
Econômicas		
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	entre 11% e 11,50% a.a.	entre 11% e 12,45% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	10% a.a. em 2008, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2006, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985	TASA 27
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

(1) T-1 Service Table, exceto para: a) Enersul - nula; e b) Bandeirante - nula a partir do 3º ano de filiação ao plano de benefícios

21.1 - BANDEIRANTE

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO CESP, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através do Plano de Benefício Suplementar Saldado - BSPS e do Plano de Benefícios Misto, com as seguintes principais características:

- (i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$84.681, apurado em 31 de dezembro de 2008, de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. O déficit está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

- (ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

- Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício Definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, e das perdas atuariais não reconhecidas, apresenta-se deficitário conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(422.199)	(406.171)
Valor justo dos ativos	312.153	291.471
	(110.046)	(114.700)
Valor das perdas atuariais não reconhecidas	25.365	18.257
Déficit	(84.681)	(96.443)

No exercício foi registrado o valor de R\$11.762 a crédito do resultado (R\$1.572 a crédito do resultado em 2007), em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo, face a indicação de redução do passivo atuarial.

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do Plano:

	2008	2007
Participantes ativos	948	1.052
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	149	156
Aposentados e pensionistas	487	425
	636	581
Total	1.584	1.633

Na qualidade de patrocinadora, a Bandeirante contribuiu no exercício com R\$16.648 (R\$16.413 em 2007), visando o saldamento de parcelas do contrato de ajuste de reservas do Plano saldado (BSPS), bem como para o custeio mensal dos atuais planos.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, a ser reconhecida no resultado de 2009, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	983
Custos dos juros	46.591
Rendimentos esperados dos ativos	(34.749)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.608)
Total	10.217

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21.2 - ESCELSA

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- (i) Patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões;
- (ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de Vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

21.2.1 - Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora da EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(120.453)	(124.413)
Valor justo dos ativos	187.553	219.500
	67.100	95.087
Valor das perdas (ganhos) atuariais não reconhecidas	16.109	(23.928)
Superávit	83.209	71.159

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Escelsa contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Escelsa contribuiu com R\$2.966 (R\$2.780 em 2007).

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do plano:

	Plano I	Plano II	Total 2008	Total 2007
Participantes ativos	3	1.073	1.076	1.092
Participantes assistidos - Aposentados e pensionistas	716	191	907	908
Total	719	1.264	1.983	2.000

21.2.2 - Outros Benefícios Pós-Emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 21.2.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

- Assistência Médica e Seguro de Vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996. A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2008, demonstrou que nos planos de Assistência médica, Seguro de vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$48.259, registrado no Passivo circulante e Não circulante composto como segue:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(57.410)	(64.322)
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas	9.151	17.175
Total	(48.259)	(47.147)
Circulante	3.835	3.835
Não circulante	44.424	43.312

21.3 - ENERGEST

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSOS e pela FUNDAÇÃO ENERSUL, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(241)	(103)
Valor justo dos ativos	369	226
	128	123
Valor das perdas/(ganhos) atuariais não reconhecidos	99	(38)
Superávit	227	85

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Energest contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Energest contribuiu com R\$ 231 (R\$181 em 2007).

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21.4 - ENERPREV - PLANOS DE PENSÃO DO TIPO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi criada no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano próprio e um privado através do Bradesco Vida e Previdência S.A. de benefícios do tipo Contribuição Definida com 171 participantes, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as Patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadoras deste tipo de planos, as Companhias do Grupo Energias do Brasil contribuíram no exercício o montante de R\$775 (R\$302 em 2007).

22 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Folha de pagamento	3.902	6.409	41.546	58.505
INSS e FGTS	316	258	6.016	5.797
Total	4.218	6.667	47.562	64.302

A rubrica Folha de pagamento estão contempladas, basicamente, as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2008.

23 - ENCARGOS REGULAMENTARES E SETORIAIS

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Quota de reserva global de reversão - RGR	2.717	3.646
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	20.891	14.506
Conta de desenvolvimento energético - CDE	13.989	16.311
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	5.111	3.671
Encargos tarifários (ECE/EAESEE)	33.226	34.151
Pesquisa e desenvolvimento	44.547	45.806
Programa de eficiência energética	34.891	42.790
Uso de Bem Público - UBP - Direito de outorga	1.437	1.087
Taxa de fiscalização - ANEEL	863	1.021
Total	157.672	162.989

23.1 - USO DE BEM PÚBLICO - UBP - DIREITOS DE OUTORGA

As controladas Enerpeixe e Investico, como retribuição pela outorga a elas concedidas para exploração dos potenciais hidrelétricos das usinas Peixe Angical e Lajeado, respectivamente, gerarão à União ao longo do prazo de vigência dos contratos de concessões e enquanto estiverem os explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessões, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M,

calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro para a Enerpeixe e dezembro para a Investco.

A obrigação é reconhecida mensalmente, tendo como contrapartidas as rubricas Outras despesas operacionais e Despesas financeiras.

Os compromissos contratuais são como segue:

	Consolidado			
	Valor nominal atualizado até		Valor presente	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
UHE Lajeado	65.504	64.910	35.120	34.030
UHE Peixe Angical	384.056	354.502	189.226	170.960
	449.560	419.412	224.346	204.990

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto de 10% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto e projeção do IGP-M.

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2008, estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente
2009	17.661	16.884
2010	17.682	15.914
2011	16.810	14.312
2012	16.810	13.536
2013	16.810	12.801
Após 2013	363.787	150.899
	449.560	224.346

No exercício, a Investco e Enerpeixe pagaram ao Poder Concedente o montante de R\$3.445 e R\$12.419, respectivamente, sendo R\$8.151 de principal e R\$7.713 de atualização monetária, registrados no resultado do exercício.

24 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS VINCULADOS À LITÍGIOS - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As Administrações da Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Controladora								
Passivo					Ativo			
	Saldo em 31/12/2007	Adição	Saldo em 31/12/2008		Depósito Judicial (Nota 12)			
					31/12/2008	31/12/2007		
Trabalhistas						5		
Fiscais	42.251	22.145			64.396	2.944	2.546	
Outros						2.080	2.080	
Total	42.251	22.145			64.396	5.024	4.631	
Circulante						2.080	2.080	
Não circulante	42.251				64.396	2.944	2.551	
Total	42.251				64.396	5.024	4.631	

Consolidado								
Passivo					Ativo			
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas		Aquis/Alien. Investimentos (nota 1.1)	Saldo em 31/12/2008		Depósito Judicial (Nota 12)
			Pagamentos	Reversões		31/12/2008	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	61.730	21.972	(6.036)	(5.914)	(28.773)	42.979	34.096	36.613
Cíveis	77.841	16.349	(2.288)	(9.123)	(24.058)	58.721	10.059	9.880
Fiscais	180.803	29.972		(24)	(46.494)	164.257	81.897	141.436
Outros		141		456	1.996	2.593	8.095	6.257
Total	320.374	68.434	(8.324)	(14.605)	(97.329)	268.550	134.147	194.186
Circulante	1.953					5.255	2.080	2.080
Não circulante	318.421					263.295	132.067	192.106
Total	320.374					268.550	134.147	194.186

24.1 - TRABALHISTAS

24.1.1 - Bandeirante

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.. Subseqüentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$13.390 (R\$11.938 em 2007).

24.1.2 - Escelsa, Energest, Cesa, EDP Lajeado e Escelsapar

Diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$29.589 (R\$49.792 em 2007).

24.2 - CÍVEIS

24.2.1 - Bandeirante

Refere-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$41.450 (R\$37.116 em 2007). Incluem também pleitos referentes a danos morais e materiais.

24.2.2 - Enertrade

Ação ajuizada pela Enertrade, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$3.589 (R\$3.589 em 2007).

24.3 - FISCAIS

24.3.1 - Bandeirante

- (i) COFINS - A Companhia está questionando judicialmente as alterações na COFINS advindas da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em 1º de julho de 1999, obteve liminar possibilitando o recolhimento desse tributo, até o mês de dezembro de 1999, na forma da legislação anterior, ou seja, 2% sobre o faturamento, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1999. O saldo provisionado referente ao adicional de 1%, em 31 de dezembro de 2008 é de R\$55.915 (R\$53.298 em 31 de dezembro de 2007). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor de R\$16.427 (R\$15.468 em 31 de dezembro de 2007).
- (ii) Contestação da indedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na apuração do Imposto de Renda dos exercícios de 2001 e 2002. A provisão em 31 de dezembro de 2008 é de R\$8.764 (R\$8.254 em 31 de dezembro de 2007). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor da respectiva provisão.

24.3.2 - Escelsa

- (i) Notificações promovidas pelo INSS que exigem o recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$11.434 (R\$10.239 em 2007).
- (ii) Questionamento judicial feito pela Companhia sobre a constitucionalidade da aplicação do Seguro de Acidentes do Trabalho - SAT. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$8.628 (R\$7.670 em 2007).
- (iii) Auto de infração exigindo o pagamento de diferença de CSLL, por não ter adicionado na sua base de cálculo, relativa ao lucro apurado no exercício de 1995 e nos meses de janeiro a abril de 1996, a despesa correspondente aos encargos de depreciação, amortização ou do custo do bem baixado, correspondente à diferença, em 1990, entre o IPC e o Bônus do Tesouro Nacional - BTNF. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$8.323 (R\$8.323 em 2007).

24.3.3 - EDP - Energias do Brasil

A Companhia questionou judicialmente a cobrança do PIS e COFINS incidentes sobre receita de Juros sobre Capital Próprio - JCP, referente aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, obtendo liminar suspendendo sua exigibilidade. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008, atualizado monetariamente, é de R\$64.396 (R\$42.251 em 2007).

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24.4 - RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	46.411	42.395
Cíveis	101.731	100.451
Fiscais	107.230	119.701
Total	255.372	262.547

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

24.4.1 - Bandeirante

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela empresa no período de julho de 2003 a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$58.170 e multa sobre escrituração indevida de notas fiscais de aquisição de combustíveis no montante de R\$198. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

24.4.2 - Escelsa

- **Imposto de Renda** - A Receita Federal pleiteia a exigência do pagamento de imposto de renda, relativo ao lucro apurado entre dezembro de 1995 e abril de 1996, oriunda de Auto Infração FM 00505, que questiona a metodologia que a Companhia adotou para deduzir da base de cálculo do imposto de renda os valores de encargos de depreciação, amortização ou custo dos bens baixados, relativos ao valor da diferença de correção monetária, no período-base de 1990, entre o IPC e o BTNF. O montante estimado para esse risco é de R\$19.867 (R\$19.223 em 2007);
- **INSS** - A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa. Essas notificações importam em R\$13.289 (R\$12.858 em 2007);
- **Tributos Municipais** - diversas Prefeituras - Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995, supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$6.942 (R\$7.269 em 2007); e
- **Cíveis** - Majoração de tarifa - Ação ordinária processo nº 97.0005229-0, relativo a majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1996. Esses processos totalizam o montante de R\$9.854.

24.4.3 - Investco

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R\$66.904 (R\$17.009 em 2007, na participação proporcional de 23,06%).

25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**25.1 - CAPITAL SOCIAL**

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2008, 30 de setembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 estão demonstradas a seguir:

Acionista	31/12/2008		30/09/2008		31/12/2007		Acionista controlado
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Energias de Portugal							
Investments and Services, Sociedad Limitada (1)(2)	38.234.188	24,08	38.234.188	23,17	38.234.188	23,17	sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc. Unipessoal Ltda. (1)(2)	24.928.914	15,70	23.545.820	14,27	23.545.820	14,27	sim
EDP - Energias de Portugal, S.A. (1)(2)	39.739.013	25,02	39.739.013	24,08	39.739.013	24,08	sim
Herald Securities INC. (2)			1.383.094	0,84	1.383.094	0,84	sim
Ações em tesouraria (3)(4)(5)	15.780.225	9,94	6.211.400	3,51	861.322	0,52	
Outros (6)	40.122.864	25,26	55.903.089	34,13	61.253.167	37,12	
Total	58.805.204	100	65.016.604	100	65.016.604	100	

- (1) Acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.
- (2) Empresa de controle estrangeiro.
- (3) O Conselho de Administração aprovou, em 18 de dezembro de 2007, por um período de 365 dias, a compra de 6.211.426 ações da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social. Em reunião realizada em 15 de abril de 2008, o Conselho de Administração aprovou a finalização do programa de aquisição de ações de emissão da própria Companhia, o qual resultou na recompra do total de 6.211.378 ações ordinárias, equivalentes a 99,99% do limite máximo permitido para referida aquisição, pelo custo de R\$156.244, as quais permaneceram em tesouraria até seu cancelamento, junto às 22 ações ordinárias em tesouraria anteriores ao início do referido programa, deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de outubro de 2008. Conforme a Instrução CVM nº 10/80, alterada pela Instrução CVM nº 268/97, a quantidade de ações em circulação em 15 de abril de 2008, data de encerramento do Programa, era de 62.114.489 ações ordinárias, ou seja, foram deduzidas do total de ações emitidas pela Companhia tão somente aquelas detidas pelo acionista controlador. Em alinhamento ao conceito de Ações em Circulação definido pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa, a quantidade de ações em circulação em 15 de abril de 2008 era de 55.903.053 ações ordinárias, tendo sido deduzido, do total de ações emitidas pela Companhia, aquelas detidas pelo acionista controlador, administradores e aquelas em tesouraria.
- (4) O Conselho de Administração aprovou, em 3 de outubro de 2008, por um período de 365 dias, a compra de 5.590.306 ações da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social, tendo adquirido até 31 de dezembro de 2008 o total de 2.670.000 ações, pelo custo total de R\$60.164.
- (5) Pelo exercício do direito de recesso de acionistas da Energias do Brasil, mencionado no item "b" da nota 1.1, a Companhia adquiriu 13.110.225 ações, correspondente ao montante de R\$312.286, cuja liquidação financeira ocorreu em 27 de outubro de 2008, mantidas em tesouraria até esta data. As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.
- (6) Há 40.122.837 ações em circulação do total de 158.805.204, ou seja, cerca de 25,27% do total de ações. Há 27 ações em poder dos administradores sendo 17 do Conselho de Administração e 10 dos Diretores. Desde a Oferta Pública Inicial ocorrida em 13 de julho de 2005 o Conselho Fiscal não foi constituído.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2008		30/09/2008		31/12/2007	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	102.902.115	64,80	102.902.115	62,36	102.902.115	62,36
Quantidade de ações participação recíproca						
Quantidade de ações tesouraria	15.780.225	9,94	6.211.400	3,51	861.322	0,52
Quantidade de ações de conselheiros e diretores						
Total de ações que não estão em circulação	118.682.367		109.113.542		103.763.504	
Total de ações	158.805.204		165.016.604		165.016.604	
Total de ações em circulação	40.122.837	25,26	55.903.062	34,13	61.253.100	37,12

25.2 - DESTINAÇÃO DO LUCRO

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberação pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, estabelece o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

Aos dividendos a serem distribuídos, poderá ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2008	31/12/2007
Lucro líquido apurado no exercício	388.329	446.889
Ajuste de exercícios anteriores - Lei nº 11.638/07	(18.066)	(10.654)
Lucro líquido ajustado	370.263	436.235
Constituição da reserva legal - 5%	(18.513)	(21.811)
	351.750	414.424
Destinação do lucro:		
Dividendos	237.271	207.212
Dividendos intermediários - JCP	103.061	119.923
Dividendos complementares	134.210	87.289
Constituição da reserva de retenção de lucros	114.479	207.212
Dividendos por ação - JCP - R\$	0,720580	0,730546
Dividendos por ação - complementar - R\$	0,938365	0,531747

Em 23 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de Juros sobre Capital Próprio, no valor bruto de R\$103.061, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas Demonstrações Financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

No montante de dividendos complementares do exercício de 2008, sobre o valor mínimo estabelecido na política de dividendos da Companhia, foi acrescentado o montante de R\$61.396, correspondente ao efeito da amortização adicional do ágio na anterior controlada Enersul registrada em junho de 2008.

25.3 - RESERVAS

	31/12/2008	31/12/2007
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
Total	35.348	35.348
Reservas de lucros		
Legal	80.759	62.246
Retenção de lucros	612.540	654.305
Total	693.299	716.551

25.3.1 - Reserva de Retenção de Lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembléias Gerais Ordinárias.

26 - DIVIDENDOS - ATIVOS E PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Passivo	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bandeirante	184.255	224.046		777
Escelsa	106.644	105.287		52
Enersul				21
Energest	92.748	19.492		
Enertrade	35.514	31.948		
EDP Lajeado	12.402	13.999		
Enerpeixe	13.175	10.471		
Investco	4.317			26.876
Lajeado	27.498			
EDP - Gestão de Produção de Energia S.A.				188
EDP - Energias do Brasil S.A.				636
Acionistas - EDP Energias			223.451	189.821
Eletrobrás				53.518
Silea Participações Ltda.				490
Furnas Centrais Elétricas S.A.				8.783
Total	476.553	405.243	223.451	189.821
				313.118
				214.824



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

27 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh(*)		R\$	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	2.209.541	2.714.456	4.402.484	5.073.602	1.940.235	2.189.032
Industrial	20.098	23.500	4.156.413	4.482.490	1.319.111	1.362.659
Comércio, serviços e outras atividades	186.957	240.033	2.642.237	3.154.374	1.132.559	1.278.451
Rural	145.677	200.585	625.410	920.865	175.985	217.021
Poder público	16.508	22.563	471.473	612.169	218.489	253.898
Iluminação pública	1.780	2.764	521.436	689.525	131.348	160.397
Serviço público	2.011	2.645	406.119	502.662	120.880	137.354
Consumo próprio	222	353	12.765	20.529		
Total do fornecimento faturado	2.582.794	3.206.899	13.238.337	15.456.216	5.038.607	5.598.812
(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial					129	(21.009)
Industrial					369	(32.283)
Comércio, serviços e outras atividades					214	(35.722)
Rural					18	(3.394)
Poder público					4	(7.579)
Iluminação pública					6	(1.560)
Serviço público					30	(3.957)
Consumo próprio					1.160	(2.058)
					1.930	(107.562)
(-) ICMS						
Residencial					(416.914)	(461.653)
Industrial					(260.814)	(270.106)
Comércio, serviços e outras atividades					(229.433)	(255.321)
Rural					(14.280)	(21.050)
Poder público					(32.960)	(43.972)
Iluminação pública					(26.200)	(31.342)
Serviço público					(25.110)	(22.668)
					(1.005.711)	(1.106.112)
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					4.034.826	4.385.138
Fornecimento não faturado					20.204	(4.115)
Diferimento e amortização da devolução tarifária						(53.952)
Fornecimento faturado clientes livres					448.357	293.543
(-) ICMS s/fornecimento faturado clientes livres					(88.949)	(56.802)
Devolução tarifária					(40.053)	(183.139)
PIS e COFINS das geradoras					7.569	9.607
Outras receitas regulatórias					7.306	(20.444)
Modicidade tarifária - baixa renda					51.154	38.022
Recomposição tarifária					(27.709)	8.069
Suprimento de energia elétrica		4	4.437.155	3.465.814	286.478	121.235
Suprimento comercialização					275.954	259.635
ECE e EAEEE					(40)	24.955
(-) ICMS s/ECE e EAEEE					(5)	96
					4.975.092	4.821.848

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh(*)		R\$	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(2.890.930)	(3.208.559)
(-) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					558.200	637.348
Total fornecimento de energia elétrica					2.642.362	2.250.637
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	105	124	8.563.206	9.196.691	661.506	757.470
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(134.946)	(141.212)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					2.890.930	3.208.559
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(558.200)	(637.348)
Encargos de conexão					1.054	775
					2.860.344	3.188.244
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					120.289	104.324
Serviços taxados e outros					100.408	61.269
Total outras receitas operacionais					220.697	165.593
					5.723.403	5.604.474
(-) Deduções da receita						
PEE e P&D					(47.107)	(51.496)
CCC					(163.848)	(286.101)
CDE					(196.213)	(217.763)
RGR					(40.082)	(41.669)
PIS/COFINS					(371.012)	(454.192)
ECE e EAEEE - repasse para CBEE					4	(25.071)
ISS					(989)	(552)
					(819.247)	(1.076.844)
Total	2.582.900	3.207.027	26.238.698	28.118.721	4.904.156	4.527.630

(*) Não auditado pelos auditores independentes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 - GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora			2007 Total
	2008 Despesas operacionais			
	Gerais e administrativas	Outras	Total	
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	16.160		16.160	20.731
Material	483		483	526
Serviços de terceiros	29.333		29.333	16.616
Depreciação e amortização	148.449		148.449	15.068
Aluguéis e arrendamentos	2.434		2.434	1.272
Outras	685	6.659	7.344	6.299
Total	197.544	6.659	204.203	60.512

	Consolidado						2007 Total
	Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Com energia elétrica	De Operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e Administrat	Outras	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Itaipu	437.128					437.128	586.031
Leilão	663.629					663.629	598.309
PROINFA	55.629					55.629	47.061
Contratos bilaterais	9.072					9.072	7.411
Energia de curto prazo - CCEE	156.719					156.719	59.211
Outros supridores	653.422					653.422	484.581
Efeito líquido da CVA	175.171					175.171	99.994
Encargos de uso da rede elétrica							
Encargo de uso e conexão	484.822					484.822	514.292
Encargo de serviços do sistema	94.537					94.537	2.794
Efeito líquido da CVA	(66.557)					(66.557)	21.383
Taxa de fiscalização						13.620	13.218
Direito de outorga - UBP						8.152	878
Compensações financeiras						21.222	17.721
Total	2.663.572	-	-	-	-	42.994 2.706.566	2.452.884

	Consolidado							2007
	2008							
	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De Operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e Administrat	Outras	Total	Total
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		152.697	302		125.958	47	279.004	315.796
Material		26.724	14.752		5.445	1	46.922	43.107
Serviços de terceiros		180.969	3.668	17.993	123.919	97	326.646	353.949
Depreciação e amortização		269.817			176.829		446.646	313.568
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				76.875		93	76.968	101.060
Provisões para contingências						20.329	20.329	43.304
Aluguéis e arrendamentos		8.786			8.061	1	16.848	19.875
Outras		36.023	225	1.124	21.934	8.143	67.449	74.608
		675.016	18.947	95.992	462.146	28.711	1.280.812	1.265.267
Total	2.663.572	675.016	18.947	95.992	462.146	71.705	3.987.378	3.718.151

29 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	5.569	11.376	65.202	54.167
PIS e COFINS sobre receitas financeiras			(1.101)	(82)
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida			101.961	86.420
Atualizações monetárias de ativos regulatórios			20.529	44.292
Variações monetárias moeda nacional		177	1.469	1.613
Variações monetárias moeda estrangeira	1	4	300	6.498
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	4.918	3.393	15.100	11.229
SELIC sobre COFINS (alargamento da base)			2.549	2.415
Descontos obtidos			1.631	3.759
Ajustes a valor presente			(3.641)	1.779
Outras receitas financeiras	16.575	15.623	19.943	30.473
Juros sobre capital próprio	147.804	132.032		
	174.867	162.605	223.942	242.563
Despesas financeiras				
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			(63)	(116)
Encargos de dívidas	(16.060)	(2.819)	(321.588)	(307.420)
Variações monetárias moeda nacional		1.668	(2.705)	(5.746)
Variações monetárias moeda estrangeira	(3)	2.950	(27.181)	61.506
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(13.673)	(12.213)	(21.883)	(10.622)
Operações de "swap" e "hedge"		(13.678)	15.302	(102.514)
Atualizações monetárias de passivos regulatórios			5.784	19.927
CPMF	(82)	(1.386)	(1.017)	(34.541)
Marcação a mercado - MTM			(3.564)	2.589
Juros sobre capital próprio	(103.061)	(119.923)	(133.497)	(136.824)
Outras despesas financeiras	(8.686)	(903)	(54.406)	(20.282)
	(141.565)	(146.304)	(544.818)	(534.043)
Total	33.302	16.301	(320.876)	(291.480)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Controladora				
	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	433.152	458.998	433.152	458.998
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(108.288)	(114.750)	(38.984)	(41.310)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(45)	(135)	(16)	(49)
Despesas indedutíveis	(60)	(39)	(22)	(14)
Gratificações a administradores	112	(579)	40	(209)
Resultados de equivalência patrimonial	151.562	126.387	54.562	45.499
Outras		(580)		(208)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(43.279)	(10.304)	(15.581)	(3.709)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(7)		(74)	
Despesa de IRPJ e CSLL	(5)	-	(75)	-

Consolidado				
	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	591.727	506.309	591.727	506.309
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(147.932)	(126.577)	(53.255)	(45.568)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(2.431)	(1.977)	(884)	(712)
Depreciação	(84)	(40)	(30)	(14)
Perdas indedutíveis	(1.027)	815	(370)	293
Multas indedutíveis	(36)	(76)	(12)	(28)
Despesas Indedutíveis	(409)	36	(148)	13
Gratificações a administradores	(413)	(1.895)	(150)	(683)
Excesso de contribuição - previdência privada	(54)	(236)	(20)	(84)
Provisão para perda - estudos e projetos		(395)		(142)
Provisão para devedores duvidosos	(1.370)	(1.282)	(493)	(461)
Outras	(1.043)	(124)	84	(43)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(45.120)	(4.354)	(16.244)	(1.159)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(2.199)	13.231	(2.001)	5.096
Ajuste lucro presumido	13.760	12.052	4.538	3.986
Incentivos fiscais	29.752	22.003	615	
Despesa de IRPJ e CSLL	(158.606)	(88.819)	(68.370)	(39.506)

31 - COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Consolidado
	31/12/2008
Subestações	641.006
Usinas	700.314
Almoxarifados	31.017
Prédios e conteúdos (próprios)	22.212
Prédios e conteúdos (terceiros)	26.698
Responsabilidade civil	55.792
Transportes (materiais)	36.800
Transportes (veículos)	9.100
Acidentes pessoais	192.087

32 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, e Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

32.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pelos órgãos societários da empresa, para aprovação e operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

A Administração avalia que, com base em ferramentas estatísticas de análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2008, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos "(hedged item)".



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

Os efeitos da adoção inicial da Deliberação nº 566, de 17 de dezembro de 2008, encontram-se apresentados na nota 3.1.

32.2 - RISCOS OPERACIONAIS

32.2.1 - Risco de Crédito

O instrumento financeiro capaz de expor ao risco de crédito, principalmente, às controladas Bandeirante e Escelsa, é representado por contas a receber de consumidores que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

32.2.2 - Risco de Vencimento Antecipado

Certas controladas possuem, conforme descrito nas notas 19 e 20, debêntures e contratos de empréstimo e financiamento com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros) e de outras condições. O descumprimento dessas restrições poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas.

32.2.3 - Risco de Escassez de Energia Elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica, em aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema, como ocorrido no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

32.3 - VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Numerário disponível, Aplicações financeiras e Cauções e depósitos vinculados - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

Ativos e passivos regulatórios - estão apresentados ao seu custo amortizável que equivale ao seu valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES e ELETROBRAS - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em distribuição e geração de energia elétrica, indexados a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao Banco do Brasil, Santander e Bradesco - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado. O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira junto ao BID - são classificados como passivos financeiros e estão mensurados inicialmente, na data da transação, pela taxa cambial da moeda funcional e convertidos a taxa de fechamento no balanço patrimonial, e os efeitos cambiais são registrados no Resultado financeiro.

Debêntures em moeda nacional - estão contabilizados pelo custo amortizado e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, por se tratarem de emissões de dívida no mercado de capitais com definição na Escritura particular de emissão de debêntures em cláusula específica de Vencimento Antecipado que caso ocorra o evento, será feito pelo seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido de remuneração devida até a data do efetivo pagamento calculada "pro rata temporis".

Instrumentos financeiros derivativos - são operações que tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo e estão contabilizados ao valor de mercado (fair value hedge).

O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros (ativo e passivo) da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F.

Controladora				
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Disponibilidades	79.443	92.913	79.443	92.913
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - Bradesco	247.543		257.700	
Consolidado				
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Disponibilidades	551.513	689.154	551.513	689.154
Ativos e passivos regulatórios	155.454	149.389	155.454	149.389
Consumidores e concessionárias	779.301	904.269	779.301	904.269
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - BNDES e ELETROBRAS	1.049.410	1.305.634	1.405.821	1.242.851
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - Banco do Brasil, Santander e Bradesco	386.388	132.981	453.666	191.677
Debêntures em moeda nacional	852.691	1.124.739	872.684	1.144.595
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	267.858	90.615	285.977	122.217
Instrumentos financeiros derivativos				
· Ativo em US\$	430.049	101.580	430.049	101.579
· Ativo em EUR	691	7.008	691	7.008
· Passivo em US\$	366.739	175.033	366.739	175.032
· Passivo em EUR	945	11.205	945	11.205

32.4 - ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia e das suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com cenário provável o adotado pelas Companhias, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e cenários IV e V com 25% e 50% de apreciação, respectivamente.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Controladora				
31/12/2008				
Instrumentos financeiros	Risco	Provável	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	3.033	3.742	4.434
Passivo financeiro				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	39.971	49.458	58.760
Referência para ativos financeiros		Aumento da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	16,00%	19,20%
Referência para passivos financeiros		Aumento da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	16,00%	19,20%

Controladora				
31/12/2008				
Instrumentos financeiros	Risco	Provável	Cenário IV	Cenário V
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	3.033	2.306	1.559
Passivo financeiro				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	39.971	30.293	25.378
Referência para ativos financeiros		Diminuição da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	9,60%	6,40%
Referência para passivos financeiros		Diminuição da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	9,60%	6,40%

Consolidado				
31/12/2008				
Instrumentos financeiros	Risco	Provável	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	37.234	45.934	54.417
Títulos e valores vinculados	CDI	12.127	14.960	17.722
Passivo financeiro				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	84.021	104.269	124.240
Debêntures	CDI	231.415	287.216	340.972
Debêntures	IGP-M	10.658	13.315	19.946
BNDES	TJLP	213.975	265.666	316.675
BID	US\$	3.735	4.668	5.602
Resolução 2770	US\$	1.726	2.157	2.589
Derivativos				
"Swap" - Ponta passiva - BID	CDI	16.219	20.198	24.156
"Swap" - Ponta passiva - Edinfor	CDI	744	963	1.196
"Swap" - Ponta passiva - Edinfor EUR	CDI	214	272	332
"Swap" - Ponta passiva - Res. 2770	CDI	180	222	263
"Swap" - Ponta passiva - NDF	US\$	135.927	169.909	270.123
"Swap" - Ponta passiva - (i)	Libor	419.067	523.833	646.431
"Swap" - Ponta passiva - (ii)	Libor	367.921	459.902	552.120
Referência para ativos financeiros		Aumento da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	16,00%	19,20%
Referência para passivos financeiros		Aumento da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	16,00%	19,20%
TJLP%		6,25%	7,81%	9,38%
IGP-M		6,00%	7,50%	11,25%
US\$/R\$		2,337	2,921	3,506
LIBOR		1,68777%	2,10971%	2,53166%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		Consolidado		
		31/12/2008		
Instrumentos financeiros	Risco	Provável	Cenário IV	Cenário V
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	37.234	28.304	19.132
Títulos e valores vinculados	CDI	12.127	9.219	6.231
Passivo financeiro				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	84.021	63.483	53.102
Debêntures	CDI	231.415	174.829	117.423
Debêntures	IGP-M	10.658	7.998	5.335
BNDES	TJLP	213.975	161.584	108.472
BID	US\$	3.735	2.801	1.867
Resolução 2770	US\$	1.726	1.294	863
Derivativos				
"Swap" - Ponta passiva - BID	CDI	16.219	12.215	8.181
"Swap" - Ponta passiva - Edinfor	CDI	744	539	347
"Swap" - Ponta passiva - Edinfor EUR	CDI	214	158	103
"Swap" - Ponta passiva - Res. 2770	CDI	180	137	92
"Swap" - Ponta passiva - NDF	US\$	135.927	(35.090)	(139.924)
"Swap" - Ponta passiva - (i)	Libor	419.067	322.895	215.050
"Swap" - Ponta passiva (ii)	Libor	367.921	275.466	183.248
Referência para ativos financeiros		Diminuição da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	9,60%	6,40%
Referência para passivos financeiros		Diminuição da taxa em	25%	50%
CDI %		12,80%	9,60%	6,40%
TJLP%		6,25%	4,69%	3,13%
IGP-M		6,00%	4,50%	3,00%
US\$/R\$		2,337	1,753	1,169
LIBOR		1,68777%	1,26583%	0,84389%

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto à mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Energias do Brasil e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contido no processo utilizado na preparação dessas análises.

32.5 - OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Com o intuito de mitigar a exposição de todas as suas dívidas em moeda estrangeira às oscilações da taxa de câmbio e taxas de juros, algumas empresas do grupo EDP - Energias do Brasil possuem, em 31 de dezembro de 2008, operações de "hedge", apresentadas na nota 20. O valor contábil corresponde ao valor de mercado dessas operações que, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$79.329, cujos efeitos de ganho ou perda no resultado do exercício encontram-se apresentados no quadro da nota 29, na rubrica Operações de "swap" e "hedge".

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados com instituições financeiras (nota 20), assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e suas controladas:

Consolidado													
Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional US\$		Nacional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
						2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
"Swap"													
Ativo	Energis S.A.	Banco Santander S.A.	14/03/2008	12/02/2009	US\$ + 4,81% a.a.	10.606		25.754		25.825		7.825	
Passivo					111,90% do CDI					20.062		2.062	
Ativo	Castelo Energética S.A.	Banco Santander S.A.	14/03/2008	12/02/2009	US\$ + 4,81% a.a.	5.892	14.308			5.763		5.763	
Passivo					111,90% do CDI					14.348		4.348	
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,00 % a.a.	2.038	18.330	7.221	35.351	4.829	18.685	2.061	(4.397)
Passivo					97,94% do CDI					7.219	35.310	2.393	6.418
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,375 % a.a.	8.429	13.615	30.052	38.463	19.756	21.208	4.768	(3.794)
Passivo					104,69% do CDI					30.245	38.795	4.085	6.937
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,00 % a.a.	764	6.874	2.466	12.119	1.811	7.959	(163)	(681)
Passivo					118,94% do CDI					2.473	13.531	(448)	3.503
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,375 % a.a.	3.161	5.106	10.148	13.053	7.433	7.009	2.755	(2.369)
Passivo					118,94% do CDI					10.426	12.255	2.645	692
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,00 % a.a.	1.273	11.456	4.251	20.406	3.012	11.647	1.339	(2.777)
Passivo					106,30% do CDI					4.256	20.493	1.395	3.168
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,375 % a.a.	5.268	8.510	16.124	20.189	12.581	13.274	3.192	(2.396)
Passivo					109,70% do CDI					16.393	20.639	2.122	2.361
										(3.812)	(7.365)	1.070	(4.757)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado													
Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional US\$		Nacional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
						2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,00 % a.a.	4.215	6.808	11.528	14.541	10.065	10.619	2.554	(1.971)
Passivo					109,50% do CDI					11.715	14.856	1.522	1.800
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,375 % a.a.	1.019	9.165	3.057	14.919	2.411	9.317	1.072	(2.221)
Passivo					98,00% do CDI					3.056	14.899	1.009	2.322
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	28/07/2004	02/01/2009	US\$	293	586	1.386	2.415	684	1.014	190	(1.288)
Passivo					71,60% do CDI					1.386	2.509	18	(2.049)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	11/07/2005	02/01/2009	EURO	212	2.756	945	11.458	691	7.008	341	(7.320)
Passivo					59,80% do CDI					945	11.206	644	(8.471)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	11/02/2005	28/01/2009	US\$	245	490	971	1.770	571	847	157	414
Passivo					79,94% do CDI					969	1.746	108	862
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	01/10/2024	US\$ + Libor	167.091		(430.740)		(398)	(899)	49	(448)
Passivo					US\$ + 5,79% a.a.					236.868			
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	01/10/2021	US\$ + Libor	167.091		367.684		193.873			
Passivo					US\$ + 5,82% a.a.					162.510			
NDF										31.363			
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	17/10/2007	16/11/2011	US\$	203.368		68.179		394.496			
Vendida					R\$					326.318			
										68.179			

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos foi elaborada com base em modelos de fluxos futuros descontados a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos períodos, bem como comparações com parâmetros médios de mercado das operações através das curvas de juros da BM&F Bovespa, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F Bovespa.

Não houve no exercício mudança na qualificação dos instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração dos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos:

	"Swap" líquido
Vencimento	
2009	(10.002)
2012	(6.251)
Após 2012	63.056
Receber/(pagar)	46.783

32.6 - RISCO DE TAXA DE CÂMBIO E TAXA DE JUROS

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pelas empresas do Grupo, apresentados na nota 20, são compostos de financiamentos junto à Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Para as transações financeiras em moeda estrangeira, o risco decorre da possibilidade de incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivos denominados em moeda estrangeira.

A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira por algumas controladas está coberta por operações financeiras de hedge, o que permitiu trocar os riscos originais da transação para o custo relativo a variação ao CDI. Adicionalmente as controladas distribuidoras estão expostas, em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas distribuidoras de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

33 - SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL

Conforme descrito na nota 3.2.n, a controlada Enerpeixe obteve junto a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, em 20 de dezembro de 2006, o direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007.

Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado do exercício, e o valor do imposto de renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido, no valor de R\$23.055 em 2008 (R\$18.546 em 2007).

A controlada Enerpeixe cumpre todas as exigências para a obtenção desse tipo de incentivo.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos por depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, apresentados na nota 5.

Durante o exercício, a Companhia adquiriu, como descrito nas notas 1.1 e 1.3, as controladas Tocantins Energia, Lajeado Energia, Investco e Porto do Pecém. Os saldos de caixa adquiridos e alienados são apresentados a seguir:

	2008
Saldo de caixa incorporado da:	
Lajeado Energia	37.781
Investco	28.289
Porto do Pecém	26.339
Tocantins Energia	1.180
Ipueiras	1
Total	93.590
Saldo de caixa alienado de:	
Enersul	(105.698)
Caixa líquido adquirido ou (alienado)	(12.108)

A Companhia e suas controladas tem suas atividades segregadas em 3 segmentos de negócios. Seguem abaixo os fluxos de caixa gerados por estes segmentos:

Consolidado					
2008					
	Distribuição	Geração	Outras	Eliminação	Total
Fluxos de caixa de:					
Atividades operacionais	990.637	498.147	22.508		1.511.292
Atividades de investimento	(551.924)	(151.067)	54.327	(700.082)	(1.348.746)
Atividades de financiamento	(610.256)	(338.725)	(51.288)	700.082	(300.187)
Total	(171.543)	8.355	25.547	-	(137.641)
2007					
	Distribuição	Geração	Outras	Eliminação	Total
Fluxos de caixa de:					
Atividades operacionais	1.227.738	319.200	92.121	(60.800)	1.578.259
Atividades de investimento	(447.494)	(100.545)	88.116	(141.310)	(601.233)
Atividades de financiamento	(628.346)	(151.212)	(306.747)	202.110	(884.195)
Total	151.898	67.443	(126.510)	-	92.831

Conforme descrito nas notas 1.1 e 1.3, a Companhia realizou permutas de ativos de investimentos, sem torna.

35 - EVENTO SUBSEQÜENTE

Em 16 de fevereiro de 2009, a EDP Renováveis Brasil S.A., detida em 45% pela Companhia, concluiu a aquisição da CENAEEL - Central Nacional da Energia Eólica S.A., por R\$38.331, detentora dos parques eólicos de Água Doce e Horizonte, localizados no Estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 13,8 MW (23 aerogeradores com 600 kW cada), bem como a possibilidade de expansão dessa capacidade em mais 70 MW.

Este projeto eólico representa o primeiro investimento privado no setor eólico do Brasil. Teve o início em 2004 com a instalação do parque eólico de Horizonte (4,8 MW), cuja remuneração está associada a um contrato de compra e venda de energia elétrica com a Celesc e, em 2006, instalou o parque de Água Doce (9,0 MW), cuja remuneração está associada ao programa PROINFA.

Em 2008 a CENAEEL gerou 31 GWh, o que representa um volume de vendas de R\$8.081.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia
Presidente

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente

Conselheiros

**Nuno Maria Pestana de Almeida Alves | Ana Maria Machado Fernandes | Francisco Roberto André Gros
Pedro Sampaio Malan | Modesto Souza Barros Carvalhosa | Francisco Carlos Coutinho Pitella**

Diretoria

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu · Diretor Presidente
Miguel Dias Amaro · Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Otavio Assis Henriques · Diretor Vice-Presidente de Geração
João José Gomes de Aguiar · Diretor Vice-Presidente de Distribuição
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas · Diretor Vice-Presidente de Comercialização
Miguel Dias Amaro · Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão
Sérgio Luiz da Silva Ribeiro · Superintendente - Consolidação Contábil · CRC 1RJ - 078679/O-7 "S" SP
Ronaldo Masatoshi Nishimura · Gerente de Contabilidade

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia
Presidente

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da EDP - Energias do Brasil S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas e sobre elas emitimos nossa opinião sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2008, baseado em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes no tocante aos valores do investimento e resultado de equivalência patrimonial na Investco S.A.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2007. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, acima referidas, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, estão sendo reapresentadas nas mesmas bases adotadas para o ano de 2008, para reconhecer os efeitos destas alterações, conforme previsto na Deliberação CVM nº 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 11.638/07 a demonstração das origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.2, em decorrência das revisões tarifárias periódicas das controladas Escelsa e Bandeirante previstas nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Escelsa em -6,92% e da Bandeirante em -8,80%, a ser aplicado para o período iniciado em 8 de agosto de 2007 e 23 de outubro de 2007, respectivamente. Adicionalmente, em decorrência do reajuste tarifário anual de 2008, também previsto no contrato de concessão, ocorrido em 5 de agosto de 2008 na controlada Escelsa e 21 de outubro de 2008 na controlada Bandeirante, a ANEEL passou o reposicionamento tarifário anteriormente definido para a Escelsa de -6,92% para -4,90%, e para a Bandeirante de -8,80% para -9,02%, ambos em caráter provisório. Os efeitos decorrentes da revisão tarifária definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em períodos subsequentes.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

20 de fevereiro de 2009

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2



energias do brasil

www.edpbr.com.br